



Diálogos Africanos

Número 1 - Jul / Ago / Set de 2015

Instituto Lula



Diálogos Africanos

Coordenador

Celso Marcondes - *Diretor do Instituto Lula*

Editora

Suhayla Khalil - *Professora Doutora de Política e Relações Internacionais da FESPSP e Conselheira para África do Instituto Lula*

Editora-adjunta

Gala Dahlet - *Coordenadora Executiva da Iniciativa África do Instituto Lula*

Colaboradoras

Iacy Correia, Maíra Martins e Tamires Gomes Sampaio

Diagramação e Arte

Leandro Rigonato

Conselho Editorial

José Chrispiniano, Moisés Marques e Rafael Pinto

Conselho África

Alberto da Costa e Silva, Alexandra Loras, Ana Fonseca, Beluce Bellucci, Bianca Suyama, Celso Amorim, Clara Ant, Daniel Balaban, Daniel Calazans, Fátima Mello, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, Flávia Antunes, Flávio Carrança, Franklin Martins, Gary Stahl, Gilberto Afonso Schneider, Gilberto Leal, Helena Tavares, Iole Ilíada, Ivone Maria da Silva, João Bosco Monte, João Cesar Belisario, João Jorge Rodrigues, José Vicente, Kabengele Munanga, Ladislau Dowbor, Luiz Felipe de Alencastro, Márcia Lopes, Marcos Lopes, Matilde Ribeiro, Maya Takagi, Miguel Jorge, Mônica Valente, Natalia da Luz, Paulo Esteves, Rômulo Paes, Salem Nasser, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Suhayla Khalil e Tamires Gomes Sampaio

Instituto Lula



Apresentação

A importância do continente africano na economia política internacional é historicamente incontestável. Essa relevância estratégica levou à exploração desmesurada de suas riquezas e deixou chagas, como a partilha efetuada entre as potências europeias durante a Conferência de Berlim, no fim do século XIX, e a diáspora africana. Atualmente, em seu renascimento, o continente se destaca não apenas por suas grandes reservas de recursos naturais, mas também por altas taxas de crescimento econômico, pela preocupação com um desenvolvimento inclusivo – visto de forma endógena – e pela consolidação de seus processos políticos.

Para o Brasil, especificamente, a relevância da relação com os países africanos atinge níveis ainda mais elevados, dados os nossos laços históricos, que enraizaram aqui vínculos sociológicos profundos. O processo escravocrata e a herança por ele deixada são fundamentais para compreender a formação do Estado brasileiro. Discutir a agenda afrodescendente e promover a igualdade racial é uma condição *sine qua non* para pensar tanto os aspectos culturais quanto a desigualdade no país.

Apesar disso, os estudos africanos ainda são insuficientes por aqui, o que faz com que percam um entendimento mais denso da complexidade africana, em seus multifacetados fenômenos. Nesse sentido, a proposta desta publicação é justamente fomentar e aprofundar o debate sobre as diferentes agendas conectadas ao tema. Nascida no seio da Iniciativa África e do Conselho África do Instituto Lula, a *Revista Diálogos Africanos* busca conectar e dar voz a tomadores de decisão, jornalistas, autoridades, representantes da sociedade civil e acadêmicos que, de alguma forma, se dediquem ao estudo ou à implementação de políticas conectadas com a questão africana.

Os temas relativos à África são demasiadamente ricos. Por esse motivo, não exaurimos aqui as linhas temáticas de nossa publicação, mas lançamos três eixos norteadores principais. O primeiro deles se dedica ao estudo da África em suas questões sociais, políticas e econômicas e procura compreender desde os aspectos antropológicos das interações étnicas locais até as diferentes fases da integração regional vivenciada pelo continente. O segundo trata das relações entre o Brasil e os países africanos. A partir desse eixo, incentivamos o envio de textos que analisem o relacionamento tanto em níveis bilaterais, quanto multilaterais. O último deles aborda os afrodescendentes e a cultura africana no Brasil. Neste caso, são bem-vindas, entre outros, as análises sobre promoção de igualdade racial, pontos de cultura e os novos fluxos de imigrantes africanos no país.

Esta edição inaugural da revista que temos o prazer de apresentar é o resultado de um trabalho conjunto e conta com destacadas contribuições. Abre a publicação a transcrição da palestra proferida pelo secretário-executivo da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, a UNECA, Carlos Lopes, em nossa 4ª rodada dos seminários “*Conversas sobre África*”, ocorrida em abril deste ano. Nela, Lopes, uma das nossas principais referências para a compreensão do desenvolvimento africano, debate de forma assertiva o cenário atual e os desafios da África neste século XXI e defende que a África precisa de uma transformação estrutural de sua economia, que viabilize o processo de industrialização.

Na sequência, apresentamos a transcrição da fala do embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante o 5º *"Conversas sobre África"*. Amorim apresenta um importante balanço das relações Brasil-África e expõe tanto os obstáculos enfrentados quanto os pontos conectores para o estreitamento das relações bilaterais. O faz em perspectiva histórica, ressaltando, por exemplo, a importância de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer o governo independente de Angola, nos anos 1970. O embaixador ainda aporta a sua experiência pessoal do período em que esteve à frente do Ministério durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, imprescindível para o fortalecimento da agenda africana na política externa brasileira.

O acurado artigo de Matilde Ribeiro, ex-ministra-chefe de Política de Promoção da Igualdade Racial do Brasil e atual professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, Matilde Ribeiro, vem preencher o terceiro eixo da nossa publicação e representar a edição de junho do *"Conversas sobre África"*, dedicada à discussão sobre o combate ao racismo no país. Edição que contou com a participação das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, do secretário-executivo da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Giovanni Harvey, do presidente do Grupo Olodum, João Jorge Rodrigues, e do dirigente da Coordenação Nacional de Entidades Negras, CONEN, Gilberto Leal. Ribeiro tece os desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional e defende que para entender o processo é preciso um olhar mais atento também sobre as relações entre Brasil e África.

A quarta contribuição de peso apresentada nesta edição se trata do artigo de Maurício Santoro, doutor em Ciência Política e professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Santoro examina a importância da construção da memória sobre o Valongo e as relações do Brasil com a África. Importante porta de entrada para os africanos que chegavam ao Brasil durante o século XIX, o mercado do Valongo se transformou em um importante polo de articulação entre a população negra e mestiça que vivia em suas proximidades na região chegou a ser conhecida então como *"Pequena África"*.

Por fim, fecha esta primeira edição a entrevista elaborada pela jornalista e editora do site *"Por Dentro da África"*, Natalia da Luz, com o embaixador, historiador e africanólogo Alberto da Costa e Silva. O texto traz análises inestimáveis sobre diversos temas africanos, desde o colonialismo, a descolonização e as independências africanas até as suas relações com o Brasil. Costa e Silva é um dos maiores estudiosos do continente africano e conselheiro para a África do Instituto Lula. Sua presença aqui logo na primeira edição de *"Diálogos Africanos"* é motivo de grande alegria para nós.

Uma boa leitura a todos.

Celso Marcondes e Suhayla Khalil

Índice

Os Desafios da África do Século XXI

Palestra de Carlos Lopes..... **6**

Um Balanço das Relações Brasil-África

Palestra de Celso Amorim..... **17**

Brasil e África: Desafios das Políticas de Igualdade Racial em Âmbito Nacional e Internacional

Por Matilde Ribeiro..... **28**

A Memória sobre o Valongo e as Relações do Brasil com a África

Por Maurício Santoro..... **43**

Conversas com Alberto da Costa e Silva

Por Natalia da Luz..... **54**



Os Desafios da África do Século XXI

Palestra de Carlos Lopes

Os Desafios da África do Século XXI

Transcrição de palestra proferida por Carlos Lopes¹, realizada em São Paulo, no dia 23 de abril de 2015, por ocasião do 4º Seminário “Conversas sobre África”

Queria começar por felicitar o Instituto Lula e o Presidente Lula, aqui presente. O Presidente foi sempre uma inspiração para mim, desde que o conheci, em 2003, nas minhas funções aqui no Brasil, mas, claro, eu já sabia quem era o Presidente muito antes, através de leituras, através de acompanhamento da atualidade brasileira. Eu sou um viciado do Brasil e utilizo esta expressão porque há um livro do Alberto da Costa e Silva que fala dos vícios da África e os viciados da África. Eu sou viciado no Brasil.

Durante bastante tempo tive contato sobretudo com o mundo acadêmico. Aqui hoje reconheço muitos acadêmicos que acompanharam as minhas leituras e também meu percurso. O livro do Professor Alencastro é um livro absolutamente fundamental para entender a relação Brasil-África. Estão aqui alguns personagens como Ladislau Dowbor que fazem parte da minha vida desde a adolescência e muitos outros aqui presentes para serem citados. São numerosos, e, de fato, sinto-me em casa. Me sinto muito bem acolhido por esse grupo, uma plateia VIP, com um grupo altamente destacado e qualificado para poder discutir as relações do Brasil com a África. Mas eu, na realidade, não vou falar da relação Brasil-África. Eu vou falar da África só e depois nós, no debate, poderemos falar na relação Brasil-África.

Tenho a certeza que muitas das coisas que vou dizer são conhecidas, mas talvez não da forma como vou apresentar e talvez não da forma como vou estruturar. O que eu vou fazer não é uma construção pessoal, é uma construção que tem a ver com o debate: como é que se posiciona hoje em dia a África?

Eu sinto uma vontade de falar em nome da África, quando assim fizer, por uma razão muito simples: existe um grupo de três instituições que são consideradas as instituições mais importantes no contexto pan-africano que é, claramente, a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e a comissão que eu dirijo que é a CEPAL da África, a Comissão Econômica para a África.

A Comissão Econômica para a África é um pouco diferente das outras estruturas da ONU porque ela tem a ver com a própria história do continente. Ela foi criada em 1958, e, na altura, a África ainda não estava independente. Havia poucos países que estavam independentes e, durante

¹ Carlos Lopes nasceu na Guiné-Bissau. Hoje é secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ONU).

esse período que se seguiu logo após a criação da Comissão Econômica para a África, houve a grande onda das independências africanas. Por causa disso, era preciso haver uma instituição que servisse de âncora para a reflexão e essa instituição passou a ser a Comissão Econômica para a África, que acabou por ter papel fundamental na criação da própria organização da unidade africana, que começou por se reunir nas suas instalações e assim continuou fazendo até há cinco anos atrás, quando a União Africana recebeu uma sede oferecida pela China.

Mas, para além da presença física nas instalações da Comissão Econômica para a África, há um emaranhado de relações entre as três instituições que fazem da Comissão Econômica para a África uma instituição mais africana do que "onusiana". Aliás, nosso slogan é um pouco dizer que nós não trazemos a agenda da ONU para a África, nós levamos a agenda da África para a ONU. E, portanto, é um pouco a filosofia que está por detrás desta instituição, e essas três instituições juntas têm uma coordenação muito forte e, neste momento, estão a desenhar uma agenda para a África do futuro que se chama "Agenda 2063".

É 2063 porque, em 2013, quando comemoramos 50 anos de vida institucional pan-africana e, neste momento mágico, decidimos que era importante engajar todos os líderes do continente em uma reflexão sobre o que eles gostariam de oferecer à África nos 50 anos seguinte e essa reflexão era muito crítica: era sobre o que não funcionou, era sobre o que não fizemos bem, para podermos definir melhor o que devemos fazer para que daqui há 50 anos a África possa ser o continente do futuro.

Esse processo foi liderado pela senhora Dlamini Zuma, que é presidente da Comissão da União Africana, juntamente com o presidente do Banco Africano, que se chama Donald Kaberuka, e eu próprio. Portanto, nós três fizemos apresentações para chefes de Estado e desde essa altura, regularmente, conversamos com líderes africanos, duas vezes por ano, sobre a construção dessa agenda. E agora, em junho, vamos adoptar o primeiro plano de 10 anos para a implementação da África que queremos. Portanto, quando digo que vou falar em nome da África, é um pouco baseado nessa objetividade.

Então, o que que nós protagonizamos? Nós dizemos que a África precisa de transformação estrutural. E vamos buscar essa fase de transformação estrutural um pouco em contraponto com ajustamento estrutural. Nós não queremos ajustamento, queremos transformação estrutural. Qual é a grande diferença? A grande diferença é que transformação estrutural é uma mudança completa da estrutura das nossas economias. Nós dizemos que a transformação estrutural vai permitir a industrialização da África. Portanto, o nosso foco principal é a industrialização. E muita gente diz: "Mas essa industrialização é um pouco tardia, não?". E nós dizemos: "Exatamente!", nós somos os latecomers. Nós somos os que chegamos tarde à industrialização. Portanto, temos que fazer uma industrialização completamente diferente. Não vamos fazer a industrialização que os outros fizeram. E vamos fazê-la de uma forma que tenha em consideração o momento atual da África.

Então eu vou definir rapidamente o momento atual da África, porque muitos de vocês já conhecem da literatura que acompanham. Nós somos o continente que mais cresce. E não digo isso como uma hesitação. Há muita revelação estatística. Geralmente, quando se fala da Ásia, fala-se de pedaços da Ásia, quando falam é do bom pedaço deixam de lado o mau pedaço. Eu

estou a falar de continentes. O continente que mais cresce é a África. Em termos de crescimento econômico, dos dez países que mais crescem, seis são da África. Então, não falo com nenhuma hesitação nesse tipo de afirmação. Mesmo com o ultimo relatório do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que foi publicado há apenas quatro semanas. Portanto, essa é a realidade. E por que é que não se tem essa impressão da África? Por que é que não se acha que a África, de fato, tem mais de positivo do que de negativo?

Quando o que se fala de África, na realidade, se fala de 4 coisas. Eu vou falar de cada uma delas, em detalhes:

- Fala-se do Ebola.
- Fala-se do fim do ciclo das commodities que vai afetar fortemente o continente africano.
- Fala-se de Lampedusa e dos que morrem a atravessar o Mediterrâneo.
- E fala-se dos conflitos.

E eu vou depois, em cada um destes quatro pontos, desmontar um pouco a estrutura de pensamento e a narrativa que tem sido desenvolvida.

Mas, antes de chegar lá, em termos de situação econômica, temos todos os indicadores macroeconômicos em favor do continente. Eu poderia fazer aqui uma longa lista, mas vou só assinalar três ou quatro que já dão uma ideia de conjunto. Por exemplo, esse ano nós vamos ter o mesmo nível de investimento que a China – lembrem-se que a África tem menos habitantes que a China: 64 bilhões de dólares. Nós temos o rácio dívida/PIB mais baixo de todos os continentes.

Há alguns países que estão a ser criticados pois se pensa que podem ser altamente afetados pelo fim dos ciclos das commodities, como por exemplo, a Argélia. A Argélia tem uma dívida, um rácio dívida/PIB de 2%, e a média africana está abaixo dos 20%. Isso nós dá uma ideia da capacidade enorme de endividamento que tem a África. Nós estamos no ponto mais alto de reservas do Banco Central jamais atingido pelo continente. Nesse momento, as nossas reservas no Banco Central são equivalentes a 500 bilhões de dólares, ou seja, meio trilhão. Nós temos uma inflação média do continente que está abaixo dos 7%. Muitos países estão com uma inflação por dos 2% ou 3%, que são daqueles que mais crescem. Nós temos uma situação em que o nível de investimento público é o mais alto, jamais atingido nos últimos 30 anos.

Eu poderia continuar com vários dados que mostram que, de fato, a nossa situação econômica é invejável. E ela é tão invejável que nesse momento pode-se dizer, praticamente, que aquilo que está acontecendo em África é aquilo que aconteceu na China há cerca de 30 anos, e o que aconteceu, mais recentemente, na Índia há cerca de 10 anos, 20 anos. Na realidade, se nós

pensarmos que nos últimos 15 anos a África duplicou seu PIB, atingindo um nível de participação no comércio mundial de 3,3%, pode parecer pouco, mas comparem com o Brasil.

E o mais importante, comparem com a Índia, porque a Índia é considerada a estrela nesse momento, em termos de crescimento. Esse país-estrela tem uma população ligeiramente maior do que a África, portanto, a comparação tem sentido. Aliás, a comparação até poderia ser desfavorável para a África, porque nós, com 54 entidades políticas, temos meios de racionalização das políticas que evidentemente tem um país com a mesma população, que é a China. E, no entanto, todos os indicadores da África são melhores do que a China. A África tem um PIB per capita maior que a China. A África tem uma penetração de telefonia celular maior do que a China. A África tem mais computadores do que a China. A África tem uma participação no comércio maior do que a China. A África tem mais povos do que a China. E podemos continuar com essa comparação, e eu, pelo menos, costumo ir até o fim da provocação dizendo, "qual é o país que mais investe na Índia?". É um país africano chamado Ilhas Maurício.

Então, nós temos aqui uma situação em que a narrativa não corresponde à realidade dos números. O país-estrela, que é a Índia, tem todos os indicadores piores do que a África. Mas não é assim que as pessoas vêem. E, normalmente, as pessoas dizem: "Ah, mas é porque na África existem muitos problemas". Bom, vamos ver esses problemas um pouco, porque é interessante desconstruir a narrativa. Primeiro problema: "Na África há muitos conflitos". Sim, é verdade. O total de pessoas que foram mortas nos conflitos das regiões dos Grandes Lagos e do Chifre da África - são as duas regiões com maior números de conflitos - é menor do que as pessoas que morrem por conflito na Índia, com a revolta dos Naxalites e com a região do Caxemira. Isto não é a impressão que as pessoas têm.

Se nós tomarmos, por exemplo, em conta o que se passa em sete países da Ásia no arco, digamos, da desgovernança, que vai do Afeganistão até o Iraque e etc., então a situação piora consideravelmente. Mas eu estou a comparar com países que normalmente, no nosso imaginário, parecem melhores do que a África. Não estou a comparar com o que parece pior. Por exemplo, fala-se da pirataria na costa da Somália. Há cinco vezes mais ataques de piratas no Golfo de Malaca, no estreito de Malaca, do que na costa da Somália. Mas só que o estreito de Malaca é Singapura, é Malásia. Parece tudo fantástico! São países que no nosso imaginário não têm problemas. Como não imaginamos que há uma província da Malásia que tem uma revolta, que têm problemas na ilha de Java, na Indonésia, que há o problema dos muçulmanos em Mindanao nas Filipinas, e que existe uma tensão enorme na fronteira entre o Camboja e a Tailândia, que a maior violação de direitos humanos é Myanmar e que nós temos uma situação em que o país que mais tem a produção industrial, em termos de tipo de produção que nós queremos importar pra África se chama Tailândia, e que na Tailândia já vamos ao golpe de Estado de número sete.

Mas não é isso que se pensa. Pensa-se que a Ásia do sudeste é de fato uma das regiões mais poderosas em termos de crescimento - e é -, mas só que este crescimento foi possível, está sendo possível apesar de todos esses pequenos conflitos que eu mencionei. E, na África, a situação é idêntica. Nós também temos conflito, mas não são conflitos que estão a impedir o

crescimento de mais de 5% ao ano na última década e meia. Então temos que comparar o que é comparável. E porque que a África teve esse crescimento? O que as pessoas dizem? "Ah, por causa das matérias primas, os africanos exportam commodities e portanto houve o grande ciclo das commodities e essa é a razão principal do crescimento africano. Mentira. As commodities representam um terço do crescimento africano, dois terços vem do consumo interno. Uma situação bem parecida com a do Brasil. Não é isso que as pessoas imaginam.

O peso das commodities diminuído de tal forma na composição do crescimento africano que nesse momento, apesar do super ciclo das commodities, como se diz, ter chegado ao fim e os preços comecem a baixar, minério e petróleo – não precisa ir mais longe do que o arauto do neoliberalismo, que é a revista *The Economist*, em um editorial que eles fizeram há cinco semanas atrás que diz, pela primeira vez que a baixa dos preços das commodities não vai afetar grandemente o continente africano. Não sou eu que digo, é a *Economist* que diz. Não é só a *Economist* que diz, é a *Ernst&Young*, é a *McKinsey*, é o *Boston Consulting Group*, é a *Pricewaterhouse*, todas as instituições especializadas em dar conselhos ao setor privado estão favoráveis ao crescimento africano.

E por que essa ideia não entra na grande mídia, só nas mídias especializadas? O *Financial Times* já diz as coisas certas. O *Financial Times* fez um seminário sobre o desenvolvimento da África em Londres, há seis semanas atrás, convidando a mim para ser o orador principal. Isso não aconteceria há uns anos atrás. Acontece hoje, porque querem ouvir um outro discurso, e porque acreditam que esse discurso tem fundamento. Mas não penetra a grande mídia. E não penetra a grande mídia porque a narrativa sobre a África está marcada por uma visão extremamente pessimista, e cada vez que acontece qualquer coisa essa visão pessimista é alargada ao extremo que é difícil de imaginar.

O Ebola

Então agora vamos dar o exemplo difícil do ebola. Então, como se sabe, houve um problema sério na África Ocidental que afetou três países: a Guiné-Conacri, Serra Leoa e a Libéria. E surgiu em muitas projeções do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos – que é um dos organismos mais especializados do mundo em matéria de pesquisas sobre saúde – que este problema dos três países iria se multiplicar de tal forma, em 2015, que a África teria 1 milhão de casos de ebola. Vocês sabem quanto é que teve no final? Até agora 19 mil. De 19 mil pra 1 milhão. Por sua vez, o Banco Mundial fez uma projeção sobre o impacto econômico do ebola em que dizia que o impacto seria de 32 bilhões de dólares.

Nós, da Comissão Econômica para a África, imediatamente publicamos um relatório desmentindo a possibilidade desse cenário, por uma razão muito simples. Vejamos. A economia dos países afetados representam 6,5 bilhões de dólares, esse é o PIB dos três, o que por sua vez significa 0,68% do PIB africano. 0,68%! Eu fiz várias entrevistas dizendo que era menos de 1% do PIB da

África, para não insultar os países, porque era 0,68. Até parecia ridículo. Como é que com um PIB de 0,68% da África se pode impactar um continente na ordem dos 32 bilhões de dólares? É uma coisa absurda. Mas isso foi publicado em toda imprensa internacional, o 1 milhão de casos e os 32 bilhões de impacto. E, no final, o Banco Mundial, neste fevereiro, publicou um relatório dizendo que o impacto final seria de apenas 3 bilhões de dólares. E esse estudo, que vai de 32 para 3 bilhões, ainda é falso. E nós podemos provar isso depois com os fatos, que ainda é uma previsão. E nós sabemos que os fatos não vão privar uma realidade dessa análise.

Vou lhes dar um exemplo do tipo de confusão que se fez para se chegar aos 32 bilhões. Chegou-se à conclusão de que isso poderia afetar o preço de determinadas commodities e por causa desse impacto indireto os investidores iriam provavelmente investir em vários outros países. Isso não aconteceu. As companhias mineradoras que estavam presentes continuaram a investir. Aquelas que tinham a intenção, mas não tinham começado, postergaram esse investimento, mas não disseram quando vão retomá-lo. Mas, independentemente dessa importância, e aí é que vem a questão das commodities e dos investimentos nas áreas de recursos naturais, as pessoas esqueceram só dos detalhes. Por exemplo, um terço da economia da Libéria, o país que na altura tinha mais casos, um terço dessa economia são as remessas de imigrantes. E o que aconteceu? Os imigrantes mandaram mais dinheiro.

Por exemplo, é loucura ver que teve um efeito até que positivo em relação a um dos elementos mais importantes da economia. E nós acabamos tendo uma situação em que hoje em dia está já confirmado que em 2014 nenhum desses três países entrou em recessão. Estamos a falar de 0,68% de PIB africano, quanto mais o resto. E, portanto, nós temos este tipo de situação. O ebola é um exemplo.

O terrorismo

Já falei dos conflitos ali, por exemplo, podia falar, portanto, da questão do impacto das seitas religiosas. E, portanto, do Boko Haram. E eu acho que nós estamos a viver nesse momento, as últimas semanas de Boko Haram enquanto movimento com as características que tinha, que vai procurar a fazer o que faz hoje em dia o Al-Shabab, que é fazer atentados à bomba, etc., mas não vai mais conseguir controlar território. Portanto, nem o Al-Shabab controla neste momento, nem o Boko Haram vai controlar. E, portanto, atentados, infelizmente, também acontecem em Madrid, acontecem em Paris e acontecem em várias partes do mundo. Esse é um outro fenômeno que nós também temos que resolver, que é um fenômeno do terrorismo internacional e não é um problema africano. Controlar território não vai acontecer.

E claro, tem essa questão espetacular do colapso da Líbia. Eu não quero entrar aqui em detalhes, mas sei que essa plateia pode completamente ver o que está se passando na Líbia. Portanto, foi uma repetição que se passou por lá, foi uma repetição que está se passando no Afeganistão, o que está passando em Iémen, que é essa tendência mudar de regime sem pensar nas consequências das intervenções e sem preparar digamos um contexto de envolvimento dos atores regionais, e fazer

com que a coisa corrompa e etc. Depois, as consequência que nós sabemos. E é muito interessante dizer que a maior parte dos africanos que vão para Lampedusa são africanos que vem da Somália, que vem de Eritrea. Eles passam através da Tunísia e embarcam de barco através da Líbia. Vocês sabem qual é o ponto de convergência entre esses quatro, Somália, Eritrea, Tunísia e Líbia? São antigas colônias italianas, e eles vão para a Itália.

O modelo de desenvolvimento

Portanto, aqui ainda estamos a viver os restos mortais de uma relação colonial e com as características topográficas que são também importantes termos em conta. Portanto, eu queria dizer que este problema da narrativa não vai desaparecer, cometemos essa narrativa, mas nós também estamos confiantes que proclamar a transformação da África é um slogan. Como é que nós transformamos esse slogan em algo mais real? Demonstrando que esse nosso crescimento nos últimos 15 anos é um crescimento sem qualidade, vamos dizer, esse crescimento não presta. Por que não presta? Porque ele não toca nas estruturas fundamentais da economia. Digamos pelo menos a estrutura econômica. É uma estrutura econômica, digamos, que o grande produtor de receitas de exportação são as matérias-primas. Estas matérias primas são responsáveis por quase 70% do investimento em infra-estrutura, ou seja, faz infra-estrutura para levar a matéria-prima para o porto. E depois do porto se exporta sem transformação, sem qualquer adição de valor.

Portanto, este modelo faz com que a África exporte também esses produtos, os seus empregos - e vai se transformar em alguns noutro lugar. E a estrutura econômica é ainda pior no que toca a agricultura, pois temos uma agricultura que não evolui e os índices de produtividade mais baixos do planeta, sem sairmos de um patamar, digamos, que permita que a própria segurança alimentar seja observada no continente, e muito menos, o potencial agrícola do continente para exportação e transformação. Portanto, se assim é, nós temos uma agricultura não produtiva, uma industrialização que não se desenvolve, uma integração regional que não permite a extensão dos mercados da África, e o setor de serviços que está em franco progresso no *boom* de desenvolvimento, mas que na maior parte dos casos integra a economia informal, e não formal - basta dizer que é uma receita que não serve para nada.

Quer dizer, esse crescimento aí é produzir qualquer coisa como - vou dar só um número que é o mais chocante - os 3 mil africanos mais ricos. Os 3000 africanos mais ricos tem 400 bilhões de dólares. Quer dizer, o que a gente faz com isso? Se o Marcondes disser que os bancos centrais da África tem 500 bilhões de dólares e os mil mais ricos têm 400 bilhões, quer dizer, temos aqui um problema sério. É este o desenvolvimento que está sendo produzido pelo crescimento.

Como é que fazemos essa transformação? Essa transformação estrutural é baseada em quatro princípios: o primeiro, é transformar completamente a produtividade agrícola; o segundo, é amplificar a industrialização através de dois pontos de entrada, o agronegócio e a transformação das matérias primas - porque são as nossas vantagens comparativas, são coisas que nós temos e

podemos controlar; o terceiro, é de fazer a formalização da área de serviços; e, finalmente, o quarto, é criar um grande mercado africano integrado. Nós somos 1 bilhão de africanos. Em 2050, seremos 2 bilhões. É um crescimento exponencial. Haverá, em 2050, mais africanos nas cidades do que há africanos hoje, portanto, uma organização também a mais rápida da História. Se nós não fazemos face a esse tipo de desafios estruturais, nós não vamos poder dar conta, e o nosso crescimento sai perdendo com isso. É isso que nós precisamos mudar. Uma mudança que incita também uma mudança na maneira de liderar o pensamento africano está nesse momento a pôr em causa a forma como nós resolvemos os problemas, e o dado principal é o financiamento do desenvolvimento.

Se nós queremos modificar completamente a África, nós vamos financiar isso com o quê? Com a ajuda? Até agora os nossos dirigentes tinham praticamente toda a sua atenção virada para a ajuda do desenvolvimento. Então, nós queremos mudar esse roteiro. A ajuda para o desenvolvimento representa 52 bilhões de dólares na África, as remessas de imigrantes são 62 bilhões. Só os nossos conterrâneos que estão no estrangeiro mandam mais do que a ajuda ao desenvolvimento. Ninguém trata essas remessas como uma oportunidade produtiva – com algumas exceções. Há cinco países que agora têm uma política mais sofisticadas para utilizar as remessas de imigrantes. Os nossos fundos de pensão estão num total de 200 bilhões, e só há três ou quatro países que têm uma estrutura sofisticada de utilização de fundos de pensão. Nós temos um problema fiscal: a menor pressão fiscal do planeta. Os africanos são os que pagam menos impostos em relação ao tamanho da sua economia em porcentagem. Toda gente arranja maneira de não pagar. Temos uma implicância brutal nos nossos sistemas aduaneiros, até o ponto que nós fizemos sobre o tráfico desses capitais e vimos que os valores declarados das exportações da África comparados com os valores declarados nos sítios que importavam os mesmos produtos, havia um déficit anual de 60 bilhões de dólares que desapareciam entre A e B.

Portanto, como nós vimos em todas essas características, os líderes vão dizer: “Afim, nós temos medo, nós não estamos a utilizar os nossos meios para o desenvolvimento”. O financiamento para o desenvolvimento na África é um debate sobre a utilização dos meios africanos, e o principal transformador nesse debate tem que ser os bancos centrais. Nós temos que nos unir aos bancos centrais para mostrar que os nossos estudos nos dizem que 95% dos fundos controlados pelos bancos centrais são investidos em quatro categorias de produtos financeiros: fundos de tesouro americanos, *eurobanks*, veículos financeiros triplo A nas agências de *rating* e mecanização através de esquemas de instrumentos em pacote. Esses quatro instrumentos não investem em África. Portanto, as nossas poupanças são dadas para utilização de veículos financeiros que não investem em África, temos 5% desse dinheiro investido em África. E a grande diferença entre o take off industrial da China há 30 anos atrás e o que nós queremos que aconteça na África é que, nessa altura, a China tinha níveis de poupança equivalentes à África – e os da África não eram conhecidos como agora são conhecidos por nossos estudos – mas controlavam a poupança por não utilizar esse tipo de instrumento, não punham dinheiro no fundo do tesouro americano. Vieram a fazer muito mais tarde. E os retornos são escandalosos, são escandalosos!

Vou dar só um exemplo do grupo de países que fazem parte do Franco CFA, que tem acordo com o Banco Central da França. Como nós sabemos, já não é um banco emissor, mas é um dos membros do consórcio do Banco Central Europeu. Nesse acordo, os países membros da Zona CFA tem que pôr uma porcentagem do seu PIB em reservas. Nesse momento são 200 milhões de dólares. Esses 200 milhões de dólares são geridos conjuntamente com o Banco Central da França. E essa gestão está a dar um retorno a volta de 0,4% a 0,5%. E toda gente sabe que isso é uma mentira. Basta dizer que, quando o Banco Central Europeu decidiu que todos os países teriam que salvar as economias em perigo – Portugal, Irlanda, Grécia e Egito –, cada país tinha que dar a proporção do seu tamanho enorme um empréstimo aos países em crise, mas um empréstimo concessional. Foi mais ou menos a volta dos 0,4%. Portanto, isso significa, em termos técnicos, que o Banco da França dá a quem deposita no seu esquema 0,4% de retorno, e empresta a título concessional a um país em crise europeu a 0,4%. Portanto, nós não podemos continuar a ter bancos centrais que utilizam o dinheiro da África fora da África e não para a África.

Mas esse é um problema que tem relação com a forma de classificação, com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Internacional estabelecido em Basileia que é o banco central dos bancos centrais, etc., e tem tudo a ver com um tipo de debate. Esse debate é o que a gente tem que ter, não é o debate da ajuda ao desenvolvimento; 52 milhões de dólares não é grande coisa. Eu costumo dizer como uma provocação quando falo com as autoridades do Banco Central Europeu, etc., que o que vocês dão a África é o equivalente ao pacote para salvar a economia da Ucrânia. Exatamente o mesmo modelo. Portanto, vamos pôr as coisas em pratos limpos. Estamos a falar em um continente com 1 bilhão de pessoas e isso é o equivalente ao pacote de salvamento da Ucrânia. E não falemos, digamos, nos montantes do Fundo Monetário Internacional, porque o Fundo Monetário Internacional tem um pacote para o continente por volta dos 6 bilhões de dólares. O que não é nada porque o Fundo Monetário Internacional deixou de ser internacional e virou o fundo monetário europeu, porque, nesse momento, 72% das suas intervenções são para Europa, e, portanto, é cada vez mais um fundo monetário europeu e não internacional. As outras funções que ocupam, claro, são funções reguladoras, são importantes, por enquanto.

Nós temos consciência que o financiamento africano tem que ser financiado pela própria África. E, claro, estamos muito felizes em ver o aumento do interesse internacional, sobretudo dos países asiáticos. Nesse momento há uma competição muito, muito forte entre China, Índia e Japão. E, ao contrário do que se pensa, a ordem entre esses três é: primeiro Índia, em segundo Japão, terceiro China, em investimentos; porque os investimentos chineses são muito visíveis em infra-estrutura e os outros investimentos são um pouco mais camuflados. E também é preciso não perder em conta que o principal investidor da África continua sendo os Estados Unidos da América, embora também não apareça. Muito calmamente, sorrateiramente, por detrás, enquanto os outros fazem banco. As pessoas confundem o fato da China ser o principal parceiro comercial da África com o fato de ser o principal investidor, são duas coisas diferentes. E, portanto, o estoque de investimentos dos vários países em desenvolvimento do continente, o primeiro país em estoque é a Malásia, ninguém sequer imagina, e, portanto, não aparece no

roteiro dos jornalistas. É importante desconstruir a imagem negativa do continente e importante ser crítico em relação ao fato de que a estrutura das nossas economias não está a produzir os resultados desejados, assim como é importante que nós possamos ter um controle para que o futuro seja financiado pelo próprio continente. São essas três mensagens que saem de toda essa proposta da Agenda 2063. Eu vou parar aqui, porque tenho certeza que o debate vai nos levar a outros elementos e dimensões interessantes que eu poderei também esclarecer.

Muito obrigado!



Um Balanço das Relações Brasil-África

Palestra de Celso Amorim

Um Balanço das Relações Brasil-África

Transcrição de palestra proferida pelo embaixador Celso Amorim¹, realizada em São Paulo, no dia 26 de maio de 2015, por ocasião do 5º Seminário “Conversas sobre África”.

A primeira coisa que me vem à mente, da importância da África é quase uma brincadeira, mas foi o que me ocorreu agora, eu me lembro que, no início da gestão do presidente Lula, nós dávamos também muita atenção à América do Sul. O cônsul do Peru aqui presente sabe dos esforços que foram feitos pela integração da América do Sul.

E, um dia, um jornalista brasileiro, não necessariamente muito bem informado, perguntou: “Ministro, por que que o senhor dá tanta atenção à América do Sul?”. Eu só fiquei com pena que não foi ao vivo, então eu tive que repetir a frase depois, porque era na televisão. Eu disse: “Porque eu moro aqui. Se eu morasse noutro lugar, morasse na Europa, talvez eu desse mais atenção à Europa, mas eu moro aqui na América do Sul, eu vivo aqui na América do Sul.” E eu acho que, da África, a gente pode, por fazendo uma troca, dizer: a África mora aqui. Então, a razão principal do Brasil dar atenção à África – há muitas outras: econômicas, estratégicas, políticas – , mas a principal é essa: a África mora no Brasil. Ela mora em nós.

Mencionou-se aqui que a Nigéria é o país mais populoso da África. O Brasil é o segundo país de maior população afrodescendente do mundo, inclusive os outros países africanos, inclusive os Estados Unidos, que também tem uma população grande de afrodescendentes. Acho que isso é algo notável, mas é algo que nem sempre os brasileiros souberam absorver adequadamente. Aliás, durante muito tempo talvez até tenham rejeitado ou de formas diretas ou de formas sutis. Porque uma das características do preconceito é que ele não se revela de maneira evidente. Uma das características do preconceito é que ele vem sempre acompanhado daquela frase “Eu não tenho preconceito”, e aí vem uma porção de coisas negativas em seguida.

A África é muito perto do Brasil. Perto também fisicamente. Eu tive oportunidade, quando fui ministro pela primeira vez no Governo Itamar Franco, de cumprir uma promessa que havia sido feita por um antecessor meu, a de ter uma reunião de comissão mista com o Senegal. Há muito tempo que nós não tínhamos uma reunião de comissão mista com o Senegal. Eu falei: “Bom, eu tenho que ir, eu não vou deixar de fazer isso”. O Governo Itamar Franco, todo mundo sabe, foi um governo curto. Eu tive um ano e meio de ministro naquela época e falei: “Eu tenho que ir ao Senegal”. Só que, o Brasil, entre as carências que ainda temos, talvez a principal, aquela que o presidente Lula não conseguiu – não vou dizer eu e ele, porque seria pretencioso –, mas

¹ Ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2010) e da Defesa (2011-2014).

que nem o presidente Lula conseguiu vencer, é a timidez das nossas linhas aéreas. Então não há nenhuma linha aérea brasileira que vá para a África. Felizmente, hoje, temos várias linhas aéreas africanas que vêm ao Brasil. Mas eu diria que é quase vergonhoso que o Brasil não tenha uma linha aérea própria que vá à África. Para não lembrar só das coisas boas é preciso também que a gente mencione o que falta fazer. Não só o que foi feito, mas o que falta fazer.

Bom, naquela época, para eu ir a Dacar, eu tinha que ir a Paris. E ir a Paris tomava três dias, né, porque tem que ir a Paris, dormir uma noite, depois seguir pra Dacar e vice-versa, então tomava três dias. E isso coincidiu com o lançamento de um plano econômico muito importante no Brasil, que foi não o Plano Real, mas a moeda, o Real. O Real foi lançado pelo presidente Itamar Franco, que foi um presidente meio transitório. Ele esteve dois anos mais ou menos na Presidência e, durante o Governo dele, teve esse fato: a moeda, o Real, foi lançado. E os ministros tinham que estar presentes. Não havia como os ministros não estarem, até porque isso causaria uma sensação estranha. E o meu então chefe de Gabinete, hoje ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, descobriu a solução: "Nós podemos ir num avião da Força Aérea Brasileira". E eu fiz uma pergunta a ele muito simples: "Mas esse avião tem banheiro?" Ele disse: "Não, não tem banheiro". E eu falei: "Quanto tempo vai demorar pra cruzar o Oceano Atlântico, entre Natal e Dacar?" "Ah... A Força Aérea, a FAB diz que mais ou menos quatro horas". Aí eu calculei: "Bem, então a autonomia do avião é mais ou menos parecida com a minha, de modo que nós vamos chegar lá a tempo, né, e em condições de poder trabalhar".

E eu descobri - que eu não sabia, porque essas coisas a gente pode saber teoricamente -, mas, alguns anos depois, eu fiz um voo no mesmo avião, entre o Acre e o Recife, e é mais longo. Então, na realidade, Dacar é mais perto... Natal ou Recife são mais perto de Dacar do que de Cruzeiro do Sul ou Rio Branco, no nosso próprio território. Então, a África é muito perto do Brasil. Não é um pouco perto, não. É muito perto. Boa parte da mídia brasileira - eu não quero ficar falando mal da mídia, não, porque dizem que eu falo mal da mídia - expressa o que grande parte da população brasileira pensa, ou pelo menos uma parte da elite brasileira pensa.

Por que a África? A África tá muito perto do Brasil. A África vive junto com o Brasil. A África tem problemas muito parecidos com o Brasil. Então, eu tinha um impulso notável. Eu tive esse trabalho na época do presidente Itamar Franco. Tive uma experiência única e invejável, porque eu representei o Brasil na posse do presidente Mandela, talvez o fato mais importante, pelo menos da segunda metade do Século 20, senão de todo o Século 20. Há um fato interessante, se eu não me engano foi o presidente Kenyatta [do Quênia], que uma vez fez o comentário de que, enquanto a Organização da Unidade Africana não se reunisse na África do Sul, ela não estaria completa. E depois dessa reunião na África do Sul, justamente que surge a União Africana como novo nome da Organização da Unidade Africana.

Então, essas realidades são muito fortes. Essa proximidade física. O que gera comércio, potencialmente gera comércio, gera interesses estratégicos comuns... Eu pude agora, como ministro da Defesa, também ver a importância de algo que nós fizemos, que é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que já tem muitos anos, mas que foi revitalizada agora, com

reuniões sobre segurança marítima e o bom acolhimento que essas propostas têm da parte dos países africanos, que são nossos vizinhos. Eles estão do outro lado do oceano, dividem conosco o Atlântico Sul, uma área de paz. É uma área de paz, que deve ser livre de armas nucleares e que deve ser objeto de cooperação entre outras áreas, na área da pesca, mas também em muitas outras áreas de riqueza em que seja possível.

Então, nós descobrimos a importância também da cooperação na área de defesa. Mais recentemente, eu pude ver a importância dos fatos que se passam no Golfo da Guiné, por exemplo. Uma grande parte do petróleo brasileiro vem daquela região. Então não é uma questão só abstrata. É uma questão que tem interesse real para o Brasil. E fico muito contente de ver aqui também a embaixadora da Etiópia, porque eu acho que a decisão de abrir uma embaixada em Adis Abeba talvez tenha sido uma decisão-marco, porque, além da importância natural da Etiópia, ela é também aonde se reúne toda a União Africana. E, hoje, depois, já no Governo da presidente Dilma, temos inclusive um adido militar em Adis Abeba que se ocupa do tema da segurança marítima, não da Etiópia, que não tem mar, mas da África. Então isso acho que é uma demonstração de que essas coisas vão se aprofundando, vão gerando frutos e vão se espalhando para campos onde antes talvez nós nem cogitássemos estar presentes.

Bem, eu gostaria de dizer também que o meu interesse pela África, grande, desde o início, tem longa data. Porque eu era jovem, adolescente, na época do grande movimento de descolonização, quando o primeiro-ministro britânico soube identificar que havia ventos de mudanças – *the winds of changes* – que estavam mudando a face da Terra: era a independência africana. Naquela época, final dos anos 50, início dos anos 60, o Brasil caminhava com uma política externa muito independente, apesar das limitações que o país tinha. E rapidamente reconheceu os países africanos, inclusive estabeleceu várias embaixadas em alguns deles. Se eu não me engano, a Tunísia e o Marrocos foram dos primeiros, mas, logo em seguida, Senegal, Nigéria...

O Brasil foi estabelecendo várias embaixadas. E foi um fato muito importante, que empolgou a minha juventude. Não a minha pessoal, mas a juventude da minha época. Porque aquele fato, além, digamos, do lado libertário de eliminar uma grande injustiça que se acumulava por séculos, também embaralhava um pouco o jogo da Guerra Fria, que era onde parecia que o mundo vivia. “Não, agora temos uma força nova”. Tanto que os franceses, rapidamente, cunharam a expressão “Tiers Monde”, quer dizer, era o Terceiro Mundo. Primeiro Mundo era o mundo capitalista, o Segundo Mundo era o mundo socialista ou comunista e o Terceiro Mundo era esse mundo em desenvolvimento, que já existia em parte. Existia na América Latina, existia um pouco na Ásia, mas é a independência africana, a independência dos países africanos que torna isso uma grande realidade. Então, a minha geração foi muito influenciada por esse grande movimento emancipatório que é uma maneira também que a África teve de civilizar o mundo. Nós temos que olhar para as contribuições que a África tem dado à nossa cultura, mas também à nossa política.

Bem, voltando aqui ao lado mais brasileiro, essa época, infelizmente, sofreu um golpe abrupto, porque, em 64, os rumos políticos do Brasil mudaram. Não que o Brasil tenha rompido com a África, mas o Brasil adotou políticas, que foram muito menos pró-ativas em relação à África. E

em alguns casos até foi conivente com o colonialismo, como era o caso das colônias do antigo Império colonial português, na época ainda do Portugal salazarista. Não há como negar esse fato e é um fato que, inclusive, teve um custo político pro Brasil também e durante algum tempo.

Enfim, mas muito antes mesmo até da volta da democracia para o Brasil já se percebeu que era importante ter uma atitude nova em direção à África. E eu acho que talvez um marco importante – passando assim muito rapidamente pelas décadas –, mas um marco importante dessa mudança do Brasil, antes mesmo da democracia, quando um general-presidente diz que ia começar uma abertura lenta, gradual e segura, ele também teve vislumbres na política externa. E um dos fatos mais importantes foi o reconhecimento de Angola, o reconhecimento do MPLA como Governo legítimo de Angola em 11 de novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola. Aquilo não era uma coisa óbvia, nem era uma coisa fácil. Nós estávamos em plena Guerra Fria, quer dizer, da mesma maneira que a independência africana e a descolonização haviam sacudido a Guerra Fria, esta, de certa maneira, depois se impôs também aos problemas africanos e muitos dos movimentos ou da posição dos países era, em grande parte, definido em função da posição da Guerra Fria. E o partido que chega ao Governo na África é o partido que era apoiado pela União Soviética e por Cuba, o Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA.

E o fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer o Governo de Angola foi uma grande surpresa pra todos. E teve um efeito. Inclusive anos mais tarde, conversando com um ministro angolano, ele me disse que era, na época, um jovem lutador, devia ter 15 ou 16 anos. Ele disse que ele lembra perfeitamente o lugar onde ele estava, a praça em que ele estava no momento em que houve o reconhecimento do Brasil. E aquilo mudou a batalha na capital. E, como todos sabem, as grandes batalhas, pra conquista do poder, terminam sempre na capital ou começam na capital. E aquilo permitiu então que o MPLA consolidasse sua posição, depois levou mais vinte ou trinta anos de guerra civil. Mas foi um ato corajoso, que recolocou o Brasil, digamos assim, numa posição mais avançada em relação à África.

E depois o Brasil, durante muitos anos, nas Nações Unidas e em outros lugares, continuou apoiando a África. Então, durante esses períodos, houve também ações de natureza cultural. Ninguém vai dizer que não houve nada. Houve a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, já depois do Governo Militar. Me sinto muito honrado de ter ajudado o embaixador José Aparecido, que era o grande idealizador dessa Comunidade, para que ela passasse a existir. E tinha essa natureza, um pouco cultural, talvez um pouco retórica. Mas, na realidade, foi o que nos ajudou a redescobrir a África. Porque, de certa maneira, a elite brasileira, que eu acho que resistia muito a uma ideia da África em geral, resistia menos à África de língua portuguesa, pelos laços culturais e até por uma certa antropologia um pouco paternalista que já existia no Brasil. O fato é que nós, com a CPLP, voltamos a ter uma relação mais próxima com a África.

Também nesses anos houve dois fatos importantes. O Brasil voltou a participar mais ativamente de operações de paz. E a primeira operação de paz importante da qual o Brasil participou desde o tempo de Suez – nós tínhamos tido observadores no Congo apenas – foi em Moçambique com a ONUMOZ. O próprio secretário-geral da ONU, em contato então comigo, resolveu que o Brasil

devia ter uma companhia já como preparação para uma força maior em Angola, que viria a ser a UNAVEM. E, já na UNAVEM, nós chegamos a ter, durante um certo tempo, maior contingente.

Enfim, tudo isso foi nos aproximando. Quanto à atuação do Brasil na ONU, muito especialmente no Conselho de Segurança ou mesmo quando não estava no Conselho de Segurança, o Brasil tinha uma legitimidade muito grande pra certas questões, era muito ouvido. Eu fui embaixador lá e tínhamos muita ação no sentido, inclusive, de ajudar os países que tinham muito pouca gente. Normalmente esses países tinham duas pessoas. E nós tínhamos que ajudar a analisar as resoluções, encontrar as resoluções certas.

E a posição do Brasil – estou falando agora dos anos 90 – era muito respeitada, porque, curiosamente, embora o Brasil, mesmo estando no Conselho, não tivesse poder de veto, ele tinha uma espécie de veto escondido nas questões africanas, principalmente na questão de Angola. Uma vez, simplesmente, a ameaça de abstenção por parte do Brasil em relação a uma resolução fez com que ela mudasse. Não que o Brasil pudesse, com uma abstenção, impedir que ela fosse adotada, mas tirava a legitimidade da resolução. Então nós mantivemos sempre essa proximidade.

Mas, sem dúvida alguma, foi no início do Governo Lula que o grande impulso foi dado. Eu tive naturalmente a orientação geral do presidente Lula. Tá, aliás, no discurso de posse do presidente, a referência à África é colocada por ele próprio. Eu sei, porque eu trabalhei no discurso original, ele fez questão que houvesse uma referência à África. Tá no discurso dele. Mas eu tive também uma influência doméstica, porque a minha mulher acompanhava muito a política, sempre acompanhou muito. E um dia – eu era antes embaixador em Londres – ela veio pra minha posse, voltou pra Londres, tava lá há duas, três semanas, e, um dia, eu telefonei pra ela e comecei a contar vantagem, dizia assim: “Olha, aqui nós criamos um grupo de amigos pra Venezuela, estamos mudando os termos de negociação com a ALCA, vamos fazer não sei o quê na OMC, fizemos uma declaração sobre o Iraque...” Aí ela parou um pouquinho e disse assim: “E pela África, vocês não tão fazendo nada?” Então, com essas duas orientações, a do presidente Lula e a da minha mulher, eu tinha que me dedicar profundamente às questões africanas.

E logo no início do Governo eu tive a oportunidade de fazer uma viagem. Visitei, na época, seis ou sete países: Moçambique, África do Sul, Zimbábue, um certo atrevimento porque as grandes potências não estavam achando bom, mas eu achei que era importante... Moçambique, Zimbábue, África do Sul, Angola, São Tomé e Príncipe, Namíbia e Gana. Depois nós voltamos várias vezes. Era um pouco uma coincidência geográfica pro avião poder voltar pelo caminho. E era também um avião pequeno, um pouquinho maior do que aquele anterior, porque esse tinha um banheiro. E eu fui acompanhado até por um parlamentar que, no meio do caminho, falou: “Vocês trabalham demais, não é possível!”. Porque todo dia nós íamos em alguns lugares, não dava nem tempo de dormir. Mas foi uma viagem importante, e eu descobri coisas que eu não sabia que estavam acontecendo e interesses.

E eu voltei de lá com uma frase na minha cabeça. E a frase era: “A África tem sede de Brasil”. Porque eu sentia que o Brasil podia ajudar a África e a África precisava das coisas que o Brasil tinha. Porque não é que o Brasil seja um país desenvolvido, porque não é. Até hoje nós estamos

tremendamente contra a desigualdade, mas ela persiste em muitas coisas. Eu vou contar uma coisa pra vocês, que talvez, assim, até por, digamos, vaidade corporativa, não devesse contar, mas o primeiro embaixador negro do Brasil, de carreira, foi promovido na minha gestão, na gestão do presidente Lula. Porque se perguntasse a qualquer diplomata se ele era racista ele ia dizer que não até a última gota. Mas você sabe como é que é. As pessoas frequentam os mesmos clubes, têm os mesmos amigos, vão aos mesmos cinemas e passam a apoiar um ao outro. É natural assim, em todas corporações. É natural, mas não é correto. Então nós conseguimos promover, já no final do Governo, o embaixador Benedicto Filho, um grande embaixador hoje, chefe da área de Ciência e Tecnologia do Itamaraty.

Mas, enfim, isso mostra como as coisas tomaram tempo pra se realizar e tomam tempo pra se realizar até hoje. Então, eu vim da África com essa convicção, de que a África tinha sede de Brasil. E o presidente Lula, logo em seguida, foi em uma outra viagem também e foi mais ou menos aos mesmos países, mais concentrado no Sul, São Tomé, Moçambique, África do Sul, Namíbia e Angola.

Eu queria mencionar dois ou três fatos curiosos. Um é o seguinte: eu tive envolvido em muitas negociações, porque, no caso do Brasil, o ministro do Exterior é também o principal negociador comercial em questões, digamos, de OMC, de ALCA. Não é o ministro da Indústria e Comércio. É o ministro do Exterior. Ainda é e espero que se mantenha assim. E eu tinha prática de negociação. Mas, no caso da África, a minha negociação era com o público interno, porque havia uma permanente crítica no sentido de dizer que era perda de tempo... Ninguém tinha coragem de fazer uma observação de fundo racista. Nem tô dizendo que eles, no fundo, sejam racistas, mas eu tô dizendo que havia um grande preconceito. Eu me lembro que essa primeira visita foi menos criticada, talvez porque tinha Angola e Moçambique, países de língua portuguesa. Também tinha a África do Sul, que tinha a mística do Mandela que chegou ao Brasil e chegou a todas as classes no Brasil, sem dúvida alguma.

Mas, por exemplo, quando ele visitou a África Ocidental, outros países da África Ocidental, a cada parada eu tinha que dar uma entrevista de imprensa e explicar porque e dizer quanto que ia ter de negócios e quantos empresários. E, na verdade, os empresários inicialmente eram poucos também, porque nossos empresários também eram muito tímidos. E era uma dificuldade. E a única coisa que nos consolou é que isso ocorreu em 2005, no começo de 2005. Passado uns oito meses ou um ano, o presidente da China passou 12 dias na África, foi a oito, a dez países. Aí a pergunta da imprensa mudou: "Por que que o presidente Lula só foi a cinco?" Há sempre uma mentalidade colonial que, infelizmente, se mantém, que você precisa sempre de uma legitimidade externa. Seja dos Estados Unidos, seja da França, seja até da China. Mas, de qualquer maneira, existe essa necessidade de encontrar uma legitimação externa pras suas ações.

Então, mas nós conseguimos fazer muita coisa. Eu queria citar apenas dois fatos aqui, rápidos, e depois falar de alguns resultados. Mas dois fatos importantes. Um, foi minha primeira visita a Adis Abeba. Pra mim, foi uma coisa muito emocionante, por todos os motivos, por ser a Etiópia, um país tão antigo, de tantas tradições. Infelizmente, não pude conhecer a Etiópia toda, mas, pelo menos, ganhei um livrinho, fiquei lendo o livrinho sobre a Etiópia. E, na ocasião, encontrei

também o presidente da União Africana, Alpha Konaré, que, em seguida, veio ao Brasil, logo em seguida, pouco tempo depois, e convidou o presidente Lula a visitar a União Africana. E essas coisas tomam um tempo pra ocorrer, acabou ocorrendo dois ou três anos mais tarde. Mas, enfim, foi um momento interessante, porque foi quando o Brasil decidiu, a convite do Konaré, abrir uma embaixada que não só fosse pra o governo etíope, mas também para a União Africana.

Um outro fato muito importante foi na Nigéria. Muito importante. Um encontro com o presidente Obasanjo. Naquele encontro, o presidente Obasanjo sugeriu que nós estabelecêssemos um mecanismo que seria, na visão inicial, mais Brasil-África. Como havia Índia-África, China-África. Mas o Brasil também estava muito empenhado, como está até hoje, na integração da América do Sul. Então nós contrapropusemos que fosse América do Sul-África. Dá muito mais trabalho, posso garantir, do que se fosse só Brasil-África. Já é difícil coordenar o Brasil, você convencer os empresários. Agora, 12 países, obviamente, é muito mais difícil. Mas fizemos a ASA. Teve já três reuniões e agora, há pouco tempo, um seminário pra revitalização. Eu acho que é algo muito importante. São dois grandes continentes do Sul do mundo, a gente falou aqui da cooperação Sul-Sul, ela não pode se limitar ao Brasil. Uma das coisas muito interessantes que eu notei – agora não foi com a África, mas com os países árabes – é que muitos muitos presidentes que vieram ao Brasil estenderam a viagem, foram até o Chile, foram até o Peru. Por isso a ideia de chamar o conjunto da América do Sul para essa integração e essa busca de oportunidades com o mundo, com a África.

Então esses dois momentos: com o Alpha Konaré, que depois veio ao Brasil e convidou o presidente Lula, e o encontro Lula-Obasanjo foram de extrema importância. E devo dizer que os membros da nossa delegação estavam achando isso: “Pra que isso? Pouco negócio”. Olha, isso é de uma visão tão pequena, que é difícil dizer.

Vamos falar então, rapidamente, dos negócios. As pessoas no Brasil não têm muita noção disso. A África tem um PIB, hoje – dados de 2013, em valores de mercado – de 2,7 trilhões de dólares. Em valores PPP, de equivalente per capita, de mais de 3,7 trilhões de dólares e cresce mais do que a média mundial. Então a África vai ser, entre outras coisas, também um grande mercado. E não apenas um lugar pra você tirar recursos naturais, mas um mercado pra produzir localmente, pra própria classe média local. Enfim, é de uma grande importância e vai ter uma grande influência no mundo. Um PIB de 3,7 trilhões coloca a África entre as maiores economias do mundo, sem dúvida alguma, se tomar a África como um conjunto.

A África também nos dá lições de unidade. Muito antes da América do Sul ou da América Latina sonharem em ter uma organização que não fosse dependente de uma grande potência de fora, a África já tinha a organização da Unidade Africana e depois a União Africana. Então a África, em muitos aspectos, é também um exemplo para os países da América do Sul e é um exemplo o qual eles têm que seguir.

São inúmeros os projetos que o Brasil desenvolveu com a África na área de cooperação técnica. Eu não vou citar todos, mas talvez dois ou três pelo seu lado simbólico. Com o “Cotton-4” – os quatro produtores de algodão, todos países muito pobres e vítimas dos subsídios americanos e europeus ao algodão, que atrapalham muito o seu comércio – o Brasil desenvolveu um programa

de melhoramento com a EMBRAPA, a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e desenvolveu um programa de melhoria do algodão desses países. Depois o Togo se juntou. O "Cotton-4", os quatro do algodão são Chade, Benin, Burkina Faso e Mali. A fábrica é em Mali, mas também há unidades em outros países. Depois o Togo também se juntou. E hoje há projetos em outros países também, inclusive Malawi, etc. Não sei com que velocidade eles tão andando, mas eu sei que continuam existindo. Então esse é um grande projeto.

Outro grande projeto, do qual eu tomei conhecimento na minha primeira visita a Moçambique, é o da fábrica de medicamentos anti-retrovirais. Talvez ele não esteja com toda a capacidade que nós desejamos, o custo dos insumos é alto, etc., mas um grande passo foi também dado.

É por essas e outras razões que o presidente da Namíbia, presidente Pohamba, na época, me disse algo que eu fiquei muito feliz, numa visita que eu fiz já como ministro da Defesa. Ele me disse: "O Brasil não nos dá o peixe; o Brasil nos ensina a pescar". E eu acho que essa, digamos, deve ser a diferença da cooperação do Brasil com a de algumas outras economias, sejam tradicionais, sejam economias emergentes.

Enfim, todas essas questões nos aproximaram de maneira notável da África. Eu queria dizer, talvez pra terminar, porque haveria tantas coisas a falar, mas pra terminar, dizer duas ou três coisinhas mais. Primeiro, aqui, a presença da Guiné-Bissau pra nós é muito importante. Porque eu acho que a Guiné Bissau precisa muito do apoio não só do Brasil, mas também de outros países africanos. Naturalmente, nós sempre dissemos, apesar da existência da CPLP, que não queremos fazer nada sem que os países da região, da ECOWAS ou CEDAO também participem, mas precisa muito do apoio, do apoio nosso. E a demora, às vezes, algumas vezes, um perfeccionismo, uma exigência de que tudo esteja perfeito antes de que você possa começar a ajudar, muitas vezes apenas perpetua a imperfeição e os erros e até agrava, como nós vimos na Guiné-Bissau.

A última vez que eu estive tratando diretamente da Guiné-Bissau com o ministro do Exterior foi em 2010, justamente no encontro do presidente Lula com os países da África Ocidental. E, na nossa conversa, ficou evidente, que um dos principais doadores condicionava a ajuda a algo que era impossível acontecer no curto prazo. Então, o que aconteceu foi um agravamento da situação da qual, felizmente, agora a Guiné-Bissau saiu. E eu espero que, não só o Brasil e outros países africanos, mas também os países da comunidade internacional possam ajudar na solução do problema da Guiné-Bissau, que é um problema complexo, que exige a reforma das Forças Armadas, que exige, enfim, uma série de outras providências. Não é uma questão simples. Não é que ela seja difícil tecnicamente, ela é difícil politicamente também de ser concretizada. Então, precisa de muita determinação.

Então queria deixar essa palavra, porque eu acho que a boa-nova foi muito bem destacada aqui. A grande boa-nova da África pra nós é a Guiné-Bissau. E acho que trazer a Guiné-Bissau de volta ao convívio de todos esses foros é pra nós uma grande alegria e nós queremos muito que isso se mantenha e se perpetue. E eu digo isso, e digo aqui, e tô só repetindo pelo seguinte: porque quem faz e quem vai fazer a política africana não é só o governo.

O governo faz, o governo pode iniciar, pode tomar certas iniciativas que são próprias do Governo. Mas quem vai cobrar é a opinião pública. Quem vai dizer "continue nessa linha, faça isso, tenha uma concepção dos direitos humanos, que não se concentre só na perfeição"... Eu não tô falando nada contra, somos muito a favor da democracia. E, aliás, a União Africana é também muito exigente. Quando há um golpe de Estado, ela age de maneira forte em relação aos países em que isso acontece. Mas nós temos que ser compreensivos com a evolução. Não é ser compreensivo com um ditador qualquer ou com uma pessoa ou com outra. É ser compreensivo com a necessidade de uma evolução gradual da situação na África.

E a África tem também, na área da política, muito a nos ensinar. O Kofi Annan secretário-geral da ONU, africano, de Gana, homem de grande valor – dizia muito, sempre que os africanos, quando têm um grande problema, eles se reúnem, sobretudo os anciões, mas acho que pode incluir os jovens também, se reúnem embaixo de uma árvore e ficam discutindo ali até encontrar a solução.

E, curiosamente, eu estava lendo outro dia um que é uma coletânea de ofícios, de relatórios de despedida dos embaixadores britânicos, "valedictory reports", como eles chamam lá, relatório de despedida. Tem muito preconceito no meio, tem outras coisas, são dos anos 60, anos 70, ninguém viu, posso falar à vontade. Mas um desses relatórios é muito interessante porque, embora ele faça crítica, ele, por outro lado, reconhece o valor da busca da palavra, da busca... e essa queixa que frequentemente existe até em relação às Nações Unidas... Ah, é um "talk show", mas como diz o Kofi Annan, enquanto as pessoas tão "talking", elas não tão fazendo a guerra. E, às vezes, mais importante até que a solução que você encontra, é a maneira de você encontrar a solução. A maneira de encontrar a solução pelo diálogo, pela busca do consenso. E isso é uma tradição africana também, que eu acho que as democracias ocidentais deviam incorporar numa dose muito maior.

Então, eu quero dizer que a política do Brasil em relação à África, eu acho que, hoje em dia, está muito consolidada. Mas é preciso que a sociedade brasileira se interesse muito. Eu vejo que ela se interessa, eu vejo esses fatos, as ligações entre sindicatos. Outro dia eu fui ao Rio de Janeiro – aliás, foi a primeira palestra que eu dei no Rio de Janeiro depois que saí do Ministério. Foi num mestrado de Diplomacia da Saúde. Eu nunca pude imaginar que nós íamos ter um mestrado de Diplomacia da Saúde. Claro que, em grande parte, em função das ações que o Brasil desenvolveu na África, não só, mas em grande parte, as ações que o Brasil desenvolveu naquele continente.

E recentemente fui convidado, fui honrado pelo secretário-geral da ONU, com a nomeação para uma comissão presidida, aliás, pelo atual, não o antigo, presidente da Tanzânia, presidente Kikwete. É que é pra tratar de grandes crises globais da saúde. Então, quer dizer, o Brasil foi o único país latino-americano convidado, o Brasil, eu, ex-ministro do Brasil, uma representante de Botsuana que é encarregada de malária na África e um norte-americano, ex-diretor da USAID.

Então, é um reconhecimento que o Brasil tem legitimidade, que o Brasil vai dizer, vai ser ouvido. E eu vou terminar citando, repetindo, porque eu já falei isso várias vezes. Eu tenho um amigo, que é um professor africano, professor do Quênia, eu acho que ele é do Quênia, chama-se Calestous Juma e é professor de Harvard. E ele tem uma frase – perdoem aqui os africanos se

isso pode parecer presunção, mas a frase não é minha, a frase é dele, eu apenas cito, porque acho ela boa. Diz assim: “Pra cada problema africano, existe uma solução brasileira”. Eu não sei se isso é verdade, mas, se nós seguirmos esse lema, nós podemos ajudar muito a África. E vamos ajudar também a nos engrandecer humanamente, que é talvez mais importante do que conseguir vender duas ou três toneladas a mais desse ou daquele produto.

Muito obrigado!



Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional

Por Matilde Ribeiro

Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional

Por Matilde Ribeiro¹

Passei a compreender o sentido mais profundo da necessidade do conhecimento da história do Brasil e de sua importância para as políticas de igualdade racial, quando me deparei com a simples e elucidativa formulação de Mário Maestri. Ele constatou que, nas Américas, o Brasil foi um dos primeiros países a escravizar os africanos capturados no Continente Africano e o último a abolir a escravidão. Partindo dessa premissa, afirmou que: “pouco compreenderemos da história brasileira se desconhecemos o nosso passado escravista” (Maestri, 1994, p. 5).

Diante dessa evidência assimilei de maneira categórica a importância de reconhecermos e valorizarmos nossas raízes ancestrais africanas e também o tortuoso caminho em busca da superação do racismo. Para a sociedade brasileira, essa perspectiva deveria tornar-se base para políticas governamentais de maneira continuada, o que fortaleceria a necessidade do reconhecimento de que há vinculação entre os processos históricos, como: a escravização dos africanos e a condição de vulnerabilidade vivida pelos seus descendentes; o distanciamento forçado do Brasil do continente africano; e, também, a perpetuação do preconceito e da discriminação que permeiam as relações raciais.

Em contraponto às situações de exclusão que afetam a população negra, as políticas de igualdade racial passam a existir de maneira mais acentuada apenas a partir dos anos 1980, tendo como impulso o tensionamento feito pelo Movimento Negro e organização de mulheres negras² e decisões de governos vinculados a partidos políticos e instituições democráticas. Destacam-se como exemplos as mobilizações no período da revisão da Constituição

¹ Doutora em Serviço Social, professora na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab e membro do Conselho África do Instituto Lula.

² Em reconhecimento ao processo histórico de luta ressaltam-se as formulações de Abdias do Nascimento que comumente em suas palestras e discursos reproduzia uma emblemática frase: “A luta pela liberdade inicia-se desde o momento que a/o primeira/o negra/o foi escravizada/o no Brasil, após ter sido capturada/o na África” (minhas anotações pessoais).

Brasileira³ (1988), a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida⁴ (1995), a Campanha Eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república (com o Programa Brasil sem Racismo - PRB, 2002).

Na atualidade, análises teóricas sobre política internacional têm contribuído para evidenciar que a relação com o continente africano tem representado avanços para a diplomacia brasileira. Segundo Paulo Visentini as dificuldades podem ou não ser revertidas “mas o fato é que a cooperação Sul-Sul estabelecida tem sido multidimensional, o que sinaliza para sua continuidade. Mas ainda, as relações Brasil-África atualmente transcendem o nível bilateral, possuindo grande significado global” (2013, p. 188).

Estas questões me instigaram a retomar vivências e conhecimentos adquiridos a partir do mergulho dado na realidade brasileira e um “sobrevôo” no continente africano no período de 2003 a 2008⁵. Após 2008, me dediquei ao doutorado e, posteriormente, com a preparação para o concurso público e o início da docência na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) no Campus Malês (Bahia), em 2014, tenho somado o exercício acadêmico à ação política, tendo como uma das instigantes tarefas a coordenação do grupo de estudo, pesquisa e extensão intitulado: Políticas Públicas de Igualdade Racial e de Gênero, Desenvolvimento e Territorialidade.

No lançamento do livro⁶ de minha autoria *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil-1986-2010*, o Professor da UNILAB Dr. Acácio Sidinei Almeida Santos, destacou que, além da importância da análise crítica sobre a realidade brasileira, o estudo aponta para a necessidade de internacionalização da pesquisa e da análise das relações Brasil-África.

Estas situações e reflexões se relacionam e a partir delas é possível avançar em buscas de compreensão desse caldeirão cultural, político e econômico que é a realidade brasileira do ponto de vista racial e étnico e a sua relação com o continente africano, no cenário internacional, considerando as ações governamentais e da sociedade civil.

Dessa maneira, o presente artigo tratará desses apontamentos, contendo três partes: políticas públicas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional; continente africano em foco; e, Brasil e África: cada vez mais próximos.

³ Foram credenciadas na revisão constitucional importantes conquistas como a definição do racismo como crime imprescritível e inafiançável; o dever do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para quilombos; a necessidade da efetivação das políticas de ações afirmativas entre outras.

⁴ Essa Marcha organizada pelo Movimento Negro e organizações de mulheres negras com o apoio dos setores anti-racistas da sociedade reuniu cerca de 30 mil pessoas, em Brasília. Como produto entregou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o “Documento para a superação do racismo no Brasil”.

⁵ Período em que, como ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), estive à frente de diversas ações nacionais e internacionais. Participei das viagens realizadas pelo Presidente Lula a 21 países africanos.

⁶ Debate promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais da Pontifícia Universidade Católica (NEMOS - PUC/SP), em 25/05/2015.

1. Políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional

A Resolução nº38/04 da Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que “não há democracia com racismo”. Esse indicativo instiga debates e ações efetivas para a superação do racismo e da discriminação racial, como fenômenos globais e concernem à comunidade nacional e internacional, expressando-se de maneira diferenciada em cada sociedade.

Nesse contexto, ao tratar da realidade brasileira, é importante reconhecer os vários momentos de protagonismo do Movimento Negro e da organização das mulheres negras no período contemporâneo, na construção de firmes posicionamentos assimilando a herança organizativa desde a luta pela abolição da escravidão; por vida digna, moradia, educação e trabalho para a população negra (destacando o direito das mulheres, das crianças e da juventude); pelo respeito à religiosidade de matriz africana entre outros.

No século XX, mais precisamente em 1955, interessantes formulações teóricas feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008, p. 155) apontaram “a falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de cor na sociedade”.

Estes e outros posicionamentos contra a farsa da democracia racial são demarcadores de mudanças, somando-se à repulsa à ditadura militar⁷, e à busca de consolidação de processos democráticos e populares, o que culminou em proposições e estratégias inovadoras de negociação de uma agenda em defesa de direitos e de justiça racial com o com o Estado brasileiro.

Como resultados desse processo de reflexão, luta e denúncia, evidencia-se uma mudança de paradigma que promoveu a ampliação do “reconhecimento oficial” da existência do racismo e da necessidade de sua superação em âmbito nacional e internacional. Isso traduz que a história não é linear, mas a situação de não inclusão e desigualdade é uma persistente realidade.

Assim, Alexandre Barbosa (2011) cita a urgência de promoção de “fugas para frente”, o que, do ponto de vista do enfrentamento da desigualdade e da perspectiva de efetivação da democracia, significa a necessidade de reorganização das relações raciais, culturais, sociais, políticas e econômicas, dentre outras.

Uma grande conquista é demonstrada no Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta aumento do percentual de negros, a considerar que entre aproximadamente 200 milhões de habitantes, os negros somam mais da metade da

⁷ A partir de 1964, com a ditadura militar, o Movimento Negro, como os demais movimentos sociais, foi alvo das investidas repressivas por parte do Estado. Gonzalez (1982, p. 30) alega que a repressão trouxe como resultado, em alguns momentos, o refluxo e a desmobilização das lideranças do Movimento Negro. Nesse contexto, os movimentos sociais brasileiros se colocam, como afirma Sherer-Warren (2012, p. 79) “de costas para o Estado”, como reação à repressão, passando a priorizar a autonomia política e organizacional em relação às estruturas estatais e governamentais.

população. Porém, o crescimento da população negra não liberta o Brasil dos fantasmas da falsa democracia racial, nem da existência do racismo.

A resposta mais efetiva por parte da gestão do presidente Lula às demandas políticas do Movimento Negro e da organização de mulheres negras, representando a maioria da população brasileira, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003⁸. Alguns documentos foram base para a montagem da estrutura da SEPPIR: a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação; o Programa Brasil sem Racismo (2002); o Relatório de Transição de Governo (2003); e, o Plano de Ação e Declaração de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban), realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

A SEPPIR foi criada como órgão assessor da Presidência da República com status de ministério e em 2010 foi transformada em Ministério⁹, tendo a missão de formular, articular e coordenar políticas para a promoção da igualdade racial e para a superação do racismo. As ações voltam-se para a população negra, somando-se a esse papel a responsabilidade de contribuir para a garantia de cidadania e de direitos, a partir do relacionamento com os povos indígenas, os ciganos, os judeus, os palestinos e demais grupos que vivem discriminação histórica do ponto de vista racial, étnico e cultural.

Alguns exemplos demonstram um caminho percorrido a partir da existência da SEPPIR. As primeiras ações em 20 de novembro de 2003 foram a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial/PNPIR - Decreto n. 4.886; do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR - Decreto nº 4.885; e os indicativos de políticas as comunidades quilombolas - Decreto nº 4.887.

A partir da convocação da Presidência da República foram realizadas pela SEPPIR, em conjunto com o CNPIR, três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial/CONAPIR (respectivamente em 2005, em 2009 e em 2013). A sistematização das três conferências foi integrada ao Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e posteriormente ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Ainda em 2010 foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) como referência para a constituição de uma ação efetiva do Estado brasileiro, expressando base legal para a igualdade de oportunidades, para a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos; e para o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

⁸ A data de 21 de março foi escolhida tendo em vista ser, por resolução da ONU, o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial (Resolução 2.142 de 26/10/1966), como lembrança aos 69 negros mortos no massacre de Shaperville, praticado por forças policiais de Pretória na África do Sul. Essa medida é um alerta contra a violência do apartheid e, por consequência, toda a violência étnico-racial.

⁹ Criada pela Lei n. 10.678/03, passou por alteração com a Medida Provisória n. 483/10, que transforma em ministérios a Secretaria de Política para Mulheres, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a SEPPIR.

Foram desenvolvidas relevantes ações, como o “Programa Brasil Quilombola”, que combina as ações de regularização fundiária com atenção a políticas sociais em várias áreas¹⁰; o “Programa de Saúde da População Negra”, que entre um conjunto de ações destaca a atenção à anemia falciforme; o “Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos” para combater as desigualdades no trabalho, contendo também o Projeto “Trabalho Doméstico Cidadão” que criou bases para a ampliação e regularização de direitos legais como o Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), dentre outras.

Dada a relevância da educação formal para a conquista de cidadania e direitos, destacam-se as ações substanciadas por meio de leis ou por reorganizações estruturais que inovam o sistema de ensino e incrementam o debate sobre democracia.

Em 2003 por meio da Lei 10.639/03 inicia-se a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira em âmbito público e privado; em complemento, a Lei 11.645/08 torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. Essas medidas alteram as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, propiciando, também, em 2009, a elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI (Lei 11.096/05) passa a conceder bolsas a alunos pobres, indígenas e negros, isto é, contribui para a ampliação do ingresso e permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior privado.

A inclusão sócio-racial tem sido incrementada nas universidades públicas com a Lei de Cotas (Lei 12.711)¹¹ que garante a reserva de 50% das vagas das universidades federais e estaduais e instituições de ensino técnico federais para estudantes oriundos de escolas públicas, prevendo a distribuição entre negros, pardos e indígenas, proporcional à composição da população em cada Estado, tendo como base as estatísticas mais recentes do IBGE.

Em 2010 foi criada a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹² que se desenvolve a partir da perspectiva de interiorização, integração e internacionalização do ensino superior, considerando a efetivação do encontro da nacionalidade brasileira com sua história e cultura, reafirmando em suas diretrizes a missão de produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de

¹⁰ A luta histórica das comunidades quilombolas conquistou destaque a partir Constituição Federal de 1988. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) indica a existência de 5.000, embora sejam identificadas pelo governo cerca de 3.500 comunidades quilombolas em todo o território nacional.

¹¹ Enquanto a Lei estava em elaboração, boa parte das universidades públicas aplicaram as cotas. Foram pioneiras a Universidade de Brasília (UnB), e, as experiências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

¹² Como uma autarquia federal de ensino superior, a UNILAB estrutura-se a partir de dois Estados: Ceará (nos municípios de Redenção e Acarape) e Bahia (São Francisco do Conde), respectivamente os campi de Liberdade, Palmares e Auroras e campus dos Malês.

países de expressão em língua portuguesa: continente africano (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe), Ásia (Timor Leste e Macau), e, Europa (Portugal), em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária. Especial atenção é dada a relação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Em decorrência do desenvolvimento das políticas de igualdade racial em âmbito nacional, são fortalecidas articulações internacionais. Tomemos como exemplo a região da América Latina e Caribe, onde ocorre um grande impulso para o encaminhamento da Declaração e do Programa de Ação de Durban (DDPA).

Relevantes atividades foram a Conferência preparatória para Durban, em Santiago/Chile (em 2000), e posteriormente a Conferência Regional das Américas Sobre os Avanços e Desafios para o Plano de Ação Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (CRA), realizada no período de 26 a 28/07/2006, em Brasília, sob a coordenação da SEPPIR, com o apoio do governo chileno, em parceria com o Comitê Internacional (organizado por inúmeras organizações da sociedade civil) e apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos da ONU, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Departamento do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), e, do Grupo de Trabalho Interagencial de Gênero e Raça da ONU no Brasil.

Houve na CRA a participação de 21 países com representações governamentais e não governamentais. Nessa oportunidade foi realizado um balanço e revisão de propostas e, também, apresentação de práticas e efetivos intercâmbios entre países americanos e caribenhos; e, também foram aprovadas ações visando a aproximação com o continente africano.

Em resposta aos indicativos da DDPA, houve a criação e/ou potencialização de órgãos governamentais dedicados ao enfrentamento da discriminação racial e étnica e do racismo em 16 (dezesesseis) países da América Latina e Caribe - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. E, também, em dois países da América do Norte - Canadá e Estados Unidos (Brasil - CRA, 2006).

Constata-se que nos últimos 15 anos têm sido reafirmados os compromissos assumidos na Conferência de Santiago, reiterados na Conferência de Durban e na Conferência de Revisão de Durban (2009, em Genebra). Nesse processo foram definidas estratégias de monitoramento do DDPA culminando com as comemorações de 10 anos da Conferência de Durban e da efetivação da agenda do Ano Internacional dos Afrodescendentes em 2011.

Em 2015 foi instituída a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015/2025) sob coordenação do Sistema ONU no Brasil e do governo brasileiro, liderado pela SEPPIR. A agenda de trabalho pauta-se pelo tema "Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento".

Mesmo considerando as dificuldades internas no que diz respeito à exclusão da população negra, fica evidente que ações de enfrentamento ao racismo combinadas com outras que visavam a superação da extrema pobreza (como é o caso do “Programa Fome Zero” e do “Programa Bolsa Família”) levaram a melhora da situação dos pobres e dos negros.

O Brasil tem construído um importante percurso internacional quanto ao desempenho de um papel articulador e mobilizador da intervenção política nas Américas (em especial na América Latina e Caribe), no continente africano e em outras partes do mundo. Esse papel é exercido, dentre outros motivos, por ser o país com a maior quantidade de negros fora do continente africano; por possuir um profundo acúmulo teórico e político sobre o racismo e suas implicações negativas para a humanidade; e, por possuir um Movimento Negro e organizações de mulheres negras aguerridos e atuantes referências políticas.

2. Continente africano em foco

Nos últimos anos tenho acompanhado processos da relação do Brasil com o continente africano, por meio da docência na UNILAB e, no plano político, acompanhando as ações do Instituto Lula que criou, em abril de 2015, o Conselho África, e propiciou importantes reflexões:

- Em 2013 Carlos Lopes¹³ em reunião com representantes de diversos setores da sociedade brasileira, alertou que a efetivação da aproximação entre localidades com diferentes condições como é o caso do Brasil e do continente africano, deve ser feita de maneira pragmática e transparente do ponto de vista social, cultural, político e econômico, além de solidário. Lopes alegou que não há política internacional sem interesse, e que é preciso tomar cuidado para não repetir formas de dominação que se deram a partir da colonização europeia na África.
- Em 2015, Celso Amorim¹⁴, como palestrante na série “Conversas sobre África” realizou um balanço sobre as relações Brasil-África, e afirmou: “damos atenção à África porque a África mora aqui”. Essa perspectiva conduz a reflexões sobre a fragilidade do reconhecimento dos vínculos históricos do Brasil com o continente africano e a necessidade de fortalecimento da agenda de trabalho, na qual o Brasil tem sido protagonista.

Antes de avançar na reflexão sobre o momento atual da relação Brasil-África é válido situar alguns fatos históricos. Segundo Visentini, uma primeira aproximação se deu entre 1961 e 1964; havendo depois um afastamento durante 1964-1969 (nos dois primeiros governos militares); e, uma nova

¹³ Secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ONU).

¹⁴ Ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2010) e da Defesa (2011-2014).

retomada entre 1969-1990 (do governo Médici até o fim do Governo Sarney), quando “houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (1990 a 2002), os marcos da globalização, houve novo distanciamento” (2013, p.200).

As dificuldades que resultam em altos e baixos da relação de cooperação entre Brasil e África devem partir da consideração de que “as barreiras que têm impedido o pleno e mutuamente benéfico desenvolvimento de relações de cooperação entre África e o Brasil podem ser vistas, portanto, como responsáveis por grande hiato a ser urgentemente sanado” (Olukoshi, 2004:275).

Aberturas de possibilidades se apresentam com a eleição do Presidente Lula. O fato do Brasil assumir compromissos locais e defender posições internacionais progressistas aumenta a obrigação de desenvolvimento de um trabalho efetivo e continuado, como é o caso da relação com o Haiti e o continente africano. Reforça-se que “ao contrário de posicionamentos mais técnicos, com defesa de determinada tarifa comercial, a atitude da diplomacia perante a África afeta a percepção dos brasileiros sobre si próprios” (Amorim, 2013, p. 159).

Eis o dilema: avanços estão em curso, mas existem muitas fragilidades na construção das relações Brasil-África. E, para fortalecer essa perspectiva é importante registrar e elucidar as estratégias teóricas, políticas e metodológicas em curso.

Um ponto de visibilidade tem sido as crescentes comemorações no Brasil, do Dia da África ¹⁵ como momentos de reflexão a partir da agenda da sociedade civil e de governos, visando o reconhecimento da importância da independência da colonização europeia, em vários países, a partir dos anos 50 e, mais recentemente, com a ampliação de ações efetivas no campo das políticas públicas.

A decisão do Presidente Lula sobre o pedido de perdão da “dívida histórica” do Brasil para com o continente africano, feito na Ilha de Gorée no Senegal, em 2005, foi também uma inspiração para a aproximação. No artigo A dívida do Brasil com a África (2012) que escrevi em conjunto com Luiz Carlos Fabbri é ressaltado que embora não tenha sido o Brasil que colonizou a África, contrariando as pretensões primeiro-mundistas das elites tradicionais, na “era Lula” o pedido de perdão demonstra uma nova inserção internacional do Brasil, nova legitimidade e um cunho popular à política externa brasileira.

Em 2003, entre 09 e 10 de junho, realizou-se em Fortaleza (CE), o “Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio” por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em coordenação com o Grupo dos Embaixadores Africanos. Nesse evento foi ressaltado no processo de reinauguração da política externa brasileira a necessidade de um novo plano conceitual e prático na relação Brasil-África.

¹⁵ O Dia da África foi instituído pela Organização da Unidade Africana (atual União Africana); sua criação, em 25 de Maio de 1963, foi uma forma de incluir o Continente Africano como parte do desenvolvimento internacional visando a aceleração do fim da colonização do continente.

Na época, considerou-se que o apoio ao desenvolvimento infra-estrutural na África, “como telecentros, a formação da universidade pública de Cabo Verde, a transferência tecnológica nos campos de medicamentos retro-virais contra o HIV/Aids bem como no campo agrícola, são alvissareiras” (Coelho e Saraiva, 2003, p. 306).

No período de 22 a 24 de março de 2004, em Brasília, foi realizado o Seminário “América do Sul, África - Acordos e Compromissos com a Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Discriminação”. Este evento, organizado pela SEPPIR e MRE (em conjunto com diversos órgãos do governo federal), teve como objetivo delinear as bases para a reflexão e ação em torno da agenda étnico-racial em âmbito nacional e internacional.

As principais indicações contidas na “Carta de Brasília”, produto desse seminário de 2004, foram: a urgência em se estabelecer e garantir a democracia como valor essencial à justiça social; a necessidade de promoção de políticas sociais que garantam o progresso de grupos vulneráveis e discriminados; a imperiosidade da inclusão econômica para a efetivação do princípio fundamental da dignidade humana; e a necessidade da paz permanente como avanços decisivos no diálogo pluriétnico, mediante renovados esforços de concertação (BRASIL, 2003-2006).

Em 2006, no período de 12 a 14 de julho, Salvador (BA) foi palco de realização da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora¹⁶ (CIAD) sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em conjunto com o Ministério da Cultura (MinC) e a SEPPIR, em parceria com o Senegal e a União Africana. O objetivo da II CIAD foi de aprofundar os temas de interesse da África e da diáspora, como relações de gênero, educação, identidade cultural, saúde, democracia, paz, desenvolvimento, idiomas, colonialismo, religiosidade, cooperação internacional, ações afirmativas e políticas de combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação.

Na “Carta de Salvador” a II CIAD anuncia que o Renascimento Africano concretiza no século XXI uma nova era “em que todos os povos e países tenham acesso à riqueza e à cultura, em pleno respeito da dignidade, dos direitos e dos valores das crianças, mulheres, idosos e homens de todas as etnias e crenças” (Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 91).

Entre várias ações ocorridas no período 2003-2010, vale ressaltar que o Presidente Lula superou os anteriores em número de viagens e afirmação de relações diplomáticas: “viajou 11 vezes à África, visitando 29 nações, enquanto que o Brasil recebeu 48 chefes de Estado africanos. O Brasil abriu 17 novas embaixadas na África, totalizando 35, ficando em 4ª posição atrás dos Estados Unidos, da França e da China” (Visentini, 2013, p. 219).

Os debates e ações do período delineiam dimensões fundamentais da política internacional brasileira rumo à África, como a busca de formas de aprimoramento das relações comerciais, políticas e econômicas; a necessidade de difundir os estudos africanos e a relação do continente

¹⁶ A I CIAD foi realizada em 2004 em Dakar (Senegal).

africano com as Américas e com o Brasil. Assim, projeta-se a afirmação das identidades desses povos e a necessidade de desenvolvimento de pleno respeito aos direitos, reforçando a construção de uma cultura de solidariedade e cooperação.

3. Brasil e África: cada vez mais próximos

Lembrei dos caminhos que resultaram na construção das políticas de igualdade racial no Brasil e das pontes com o continente africano. No período em que estive à frente da SEPPIR tive a oportunidade de testemunhar negociações em âmbitos político, diplomático, empresarial, cultural e acadêmico de maneira intensa e emocionada. Diante de meus olhos se descortinaram a realidade do Brasil com suas riquezas e perversidades e a história das civilizações africanas com as barbaridades e possibilidades de desenvolvimento. Reflexões sobre o passado e novas formas de organização social e econômica e acima de tudo uma positiva “negrura” foram se constituindo.

Ficou evidente que a pobreza do Brasil e do continente africano foi consequência da ação dos colonizadores e da ganância das elites econômicas, financeiras e intelectuais ao longo dos tempos. Nesse sentido, torna-se necessário a partir do reconhecimento da importância da cultura brasileira e africana, difundi-las por meio de estudos formais e da vivência dos povos; e, também, vincular a realidade do continente africano com as Américas (e vice-versa), visando a afirmação das identidades desses povos.

Asomatória entre as atividades de formulação teóricas e políticas e a implementação das políticas públicas de caráter nacional e internacional, relacionando a superação do racismo às questões econômicas e políticas concretiza ações governamentais desse tempo, mas deve-se considerar, também, a luta histórica da sociedade civil, sobretudo do movimento negro e das organizações de mulheres negras.

Os balanços sobre as ações de governo e dos movimentos sociais são fundamentais, como as reflexões provocadas pelas conferências nacionais (CONAPIR); pelas atividades que compuseram as comemorações dos 10 anos da SEPPIR, em 2013; pela Conferência de Revisão de Durban, em 2009; pelas iniciativas das entidades nacionais ligadas ao Movimento Negro e das organizações de mulheres negras; e, mais recentemente pelo encontro do ex-presidente Lula com autoridades e representantes de diversas entidades do Movimento Negro brasileiro em 22/07/2015, promovido pelo Instituto Lula em parceria com a Coordenação de Entidades Negras (CONEN)¹⁷.

Embora tenha sido ampliada a institucionalização de políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional, ainda não é possível brindar as desejadas igualdade e equidade, do

¹⁷ O objetivo do encontro foi refletir sobre a construção e os rumos das políticas de igualdade racial no Brasil. Participaram 40 homens e mulheres: autoridades, gestores públicos, parlamentares, acadêmicos; representantes de organizações como a juventude negra, as mulheres negras, as religiões de matriz africana; e instituições como a CONEN, o Conselho África do Instituto Lula, o Movimento Negro Unificado (MNU), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os Agentes de Pastoral Negros (APNs), a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO).

ponto de vista social e racial. Constatam-se muitos feitos, mas considera-se, também, que há muito ainda por fazer, pois a população negra continua sendo a mais pobre entre os pobres e vivencia fortemente as consequências do racismo.

Reafirma-se a necessidade de negociação com instituições públicas, privadas e com toda a sociedade e, acima de tudo, é apontado que a grande tarefa dos setores organizados perante os governos e o Estado brasileiro é a “repactuação” para dar ênfase à política de igualdade racial na agenda política nacional e internacional.

Considerando todo esse processo de criação da SEPPIR e dos aportes legais e normativos que dão corpo à política de igualdade racial, foi possível sair da negação do problema racial para a criação de um sistema público voltado à igualdade racial, apontando sobretudo a consolidação das ações como políticas de Estado.

Deve-se considerar que existem fortes conflitos ideológicos, políticos e acadêmicos que devem ser enfrentados, como é o caso das políticas de ações afirmativas e das cotas para negros e pobres, em especial nas universidades públicas; mesmo que a lei tenha sido aprovada existem setores que a contestam veementemente e põem em risco esta prática. O mesmo ocorre na perspectiva de integração e internacionalização das ações acadêmicas como é o caso da UNILAB, onde constantemente a democratização do acesso para pobres e negros e a ação visando a representação dos negros nas estruturas poder e de gestão é identificada como prática de racismo ao contrário (de negros contra brancos, mesmo que isso seja teoricamente impraticável). Essas posturas fazem parte do pensamento universalista, ligado à herança da suposta democracia racial.

Mesmo com conflitos, as ações campo da educação étnico-racial representam um enorme desafio para o poder público e para a sociedade, de sair da zona de conforto das políticas universalistas e encarar a diversidade com a qualidade de enfrentamento ao racismo e valorização da população negra, a maior parte que foi subestimada pela história pela visão “europeizante” de mundo.

A cooperação internacional do ponto de vista acadêmico, entre universidades, centros de pesquisa e organizações sociais, culturais e políticas brasileiros e africanos deve enfrentar as dificuldades, priorizando investimentos na formação de profissionais (docentes e técnicos) com perspectivas descolonizadoras e críticas aos efeitos do racismo de maneira global; assim como da formação de redes entre estudiosos (priorizando o envolvimento das/os estudantes), valorizando pesquisas avançadas e intercâmbio de publicações. Assim, estaremos contribuindo para a produção de conhecimento numa perspectiva de transferência de tecnologias.

A implementação do “Programa de Atividades da Década Internacional” e do Plano de Ação regional deverá contribuir para a replicação das experiências bem sucedidas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas. É possível reafirmar que a responsabilidade histórica pela enorme dívida que temos com a África não deve ser uma atitude passadista, porém tem um explícito reflexo em componentes estruturais em nossa realidade como nação.

Fato é que a partir desse impulso dos últimos anos, temos que reconhecer que na sociedade brasileira e comunidade internacional avançamos um tanto no sentido da visibilidade, pois o continente africano aos poucos deixa de ser um ilustre desconhecido, com isso é ressaltada sua altivez. Isso é essencial para novos passos, rumo a uma política internacional de cooperação com a África, incorporando continuamente enfoques inovadores e emancipatórios, baseados no respeito à humanidade. A aproximação representa um direito de valorização da ancestralidade, identidade e cultura da população do Brasil e da África.

Referências:

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). **Análises e Propostas**. Cenários do desenvolvimento do Brasil 2020. São Paulo: FES, 2011.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

BRASIL. **A grande refazenda: África e Diáspora pós II CIAD**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de Gestão (2003-2006)**. Brasília, 2007.

_____. **Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância**. Nova Iorque, 2002.

_____. **Programa de Campanha**. Programa Brasil sem Racismo, 2002.

FABBRI, Luiz Carlos; RIBEIRO, Matilde. **A dívida do Brasil com a África**. 2011. Revista Teoria e Debate, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, n. 94, nov. 2011. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materiais/sociedade/divida-do-brasil-com-africa>. Acesso em: ago. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Action Aid, 2009. p. 39-74.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MAESTRI, Mário. **O Escravismo no Brasil**. São Paulo: Atual, 1994.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial: impulso às ações afirmativas e a educação étnico-racial. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n.33, p. 109-126, Jul/Dez 2014.

_____. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2014.

OLOKOSHI, Adebayo. **Possibilidades e limites de uma cooperação ampla entre a África e o Brasil.** In: COELHO, Pedro Mota Pinto; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África e Brasil: o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no Governo Lula.** In: COELHO, Pedro Motta Pinto e SARAIVA, José Flávio Sombra. Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio. Brasília - Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. 1. ed. Curitiba, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **As relações Brasil-África:** da indiferença à cooperação. In: VISENTINI, Paulo G Fagundes; RIBEIRO Luis Dario Teixeira e PEREIRA, Analúcia Danilevycz (Orgs.). História da África e dos Africanos. Petrópolis, RJ: Vozes (2ª ed.), 2013.



A Memória sobre o Valongo e as Relações do Brasil com a África

Por Maurício Santoro

A Memória sobre o Valongo e as Relações do Brasil com a África

Por Maurício Santoro¹

Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro foi o maior mercado de escravos do mundo (COSTA E SILVA, 2011a, p. 41). Uma memória que deveria ser para nós como o Holocausto na Alemanha, mas que é, com tanta frequência, vítima de omissões e esquecimentos.

Nas últimas décadas, diversos movimentos sociais têm se esforçado para aumentar o conhecimento dos brasileiros a respeito dessa história, em particular, no contexto da renovação urbana da Zona Portuária carioca. As disputas por tal espaço são indissociáveis dos embates políticos em torno das relações raciais no Brasil e da busca de uma política externa para a África que incorpore as demandas sociais contemporâneas.

O Mercado do Valongo

O mercado do Valongo foi estabelecido em 1770 e teve seu apogeu nas primeiras décadas do século XIX como porta de entrada para as plantações de café, em expansão, no Vale do Paraíba. Ficava no vale entre os morros da Conceição e do Livramento, no Rio de Janeiro. Estima-se que até um milhão de seres humanos tenham sido comprados e vendidos nele, oriundos sobretudo do Centro-Oeste da África e do Sudeste e Nordeste do Brasil.

Havia mais de 50 lojas dedicadas ao comércio de escravos e muitos outros estabelecimentos vinculados, como as “casas de engorda”, onde os africanos fragilizados pela fome, doença e péssimas condições da travessia do Atlântico eram colocados para ganhar peso antes de serem oferecidos como mercadoria. Na década de 1830, os escravos formavam mais da metade da população carioca, que era de cerca de 100 mil pessoas.

¹ Doutor em Ciência Política, professor-adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente os escravos eram desembarcados no Largo do Paço e levados para os armazéns nas ruas Direita e do Cano, no Centro do Rio (atualmente Praça XV e ruas Primeiro de Março e Sete de Setembro, respectivamente). Em geral, eram conduzidos nus, como estavam nos navios negreiros, e, com frequência, apresentavam sinais de doenças e ferimentos. Quando Dom João VI foi príncipe regente, passou a exigir que os escravos fossem vestidos antes do desembarque, na tentativa de amenizar o impacto de sua chegada para a população carioca. Não foi suficiente e, em 1824, o novo governo do Brasil independente ordenou que o comércio de cativos fosse realizado apenas no Valongo, a cerca de 1,5 Km do Largo do Paço e fora da área urbana mais densamente povoada. O Valongo era então uma zona semi-rural, com muitas chácaras, terrenos baldios e manguezais. A instalação do mercado começou a mudar esse quadro, atraindo uma grande população ao local.

Foi crucial para essa trajetória a construção de um cais no Valongo, onde os escravos eram desembarcados junto ao mercado - talvez meio milhão deles tenham feito esse percurso. Ali também eram comercializados alimentos e, com o tempo, os arredores se consolidaram como local de moradia para uma população negra e mestiça, africana e brasileira, ligada ao porto e ao mercado. As condições eram horríveis. Um viajante que o visitou em 1827 descreveu-o deste modo:

A primeira loja de carne em que entramos continha cerca de trezentas crianças, de ambos os sexos; o mais velho poderia ter doze ou treze anos e o mais novo, não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados em um imenso armazém, meninas de um lado, meninos do outro, para melhor inspeção dos compradores; tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrado na cintura; [...] O cheiro e o calor da sala eram muito opressivos e repugnantes. Tendo meu termômetro de bolso comigo, observei que atingia 33° C. Era então inverno; como eles passam a noite no verão, quando ficam fechados, não sei, pois nessa sala vivem e dormem, no chão, como gado em todos os aspectos. (Citado em KARASCH, 2000, p. 76).

Era preciso também lidar com a questão dos mortos. Muitas pessoas não resistiam à travessia do Atlântico ou à jornada do Nordeste brasileiro para o Rio de Janeiro e faleciam ao chegar. Outros cometiam suicídio.

O cemitério dos Pretos Novos foi criado para sepultá-los. Estima-se que até 30 mil homens e mulheres foram enterrados ali, em covas rasas e coletivas, de fins do século XVIII até 1830. O método era rápido e fácil, mas causava vários problemas de saúde, com queixas constantes dos vizinhos às autoridades, reclamando do mau cheiro e do ambiente propício à difusão de doenças. Ocasionalmente, os restos mortais eram queimados, para dar lugar a mais cadáveres.

Tudo isso agravado pelo hábito de moradores das redondezas de usar o cemitério como local para despejar seu lixo doméstico. Agredidos e desrespeitados em vida, os escravos continuavam a sê-los na morte. O Valongo era uma das áreas mais insalubres da cidade.

Zungus, quilombos e outras resistências

A população negra e mestiça que vivia nas proximidades do mercado era tão numerosa que a região se tornou conhecida no século XIX como “Pequena África”, região que abarcava também a atual Praça Onze. Esse espaço urbano se tornou importante como parte de uma rede de resistência à escravidão e também como local de gênese de uma cultura afro-carioca com impactos na culinária e música.

As ruas ao redor do Valongo tinham diversos “zungus” ou “casa de angus”, que eram lugares de encontro para a população negra e mestiça, incluindo escravos e libertos. Funcionavam como uma mistura de restaurante e pousada, com comida, hospedagem, música e serviços das religiões afro-brasileiras.

O angu, uma espécie de mingau feito à base de farinha de mandioca e óleo de dendê, com carnes e legumes, era um alimento muito popular no Rio de Janeiro do século XIX. Costumava ser vendido nas ruas por mulheres negras, escravas ou libertas, e também era consumido nas residências de elite, ainda que de forma um tanto constrangida, como observou o pintor francês Jean-Baptiste Debret: “Eis a iguaria, aliás succulenta e gostosa, que figura não raro à mesa das brasileiras tradicionais de classe abastada, que com ela se regalam, embora entre chacotas destinadas a salvar as aparências e o amor próprio.” (Citado em SOARES 1998, p. 32).

Além de servirem angus, os zungus foram se constituindo como pontos de encontro da comunidade afro-carioca, uma das formas de tentarem substituir as famílias estendidas das quais haviam sido arrancados pela escravidão. O convívio entre africanos de vários povos, brasileiros, escravos e libertos era considerado explosivo pelas autoridades, que temiam que pudesse dar origem a rebeliões. Muitos vizinhos também se queixavam do barulho das cerimônias músico-religiosas. Tudo isso fazia os zungus serem alvos de constantes batidas policiais, que com frequência terminavam em prisões. Em vários momentos foram proibidos pelo governo.

O Rio de Janeiro não foi palco de uma grande rebelião de escravos no século XIX, ao contrário de Salvador, com a revolta dos malês, talvez pela intensa presença de forças militares, ou pela grande fragmentação de povos entre os cativos da cidade. Os zungus tiveram, no entanto, um papel na resistência à escravidão. Muitas vezes eram usados para esconder escravos que fugiam do cativeiro; serviam como local para planejar sua ida para quilombos urbanos, como os que existiam nos atuais bairros de Santa Teresa e Leblon, ou para escaparem para o interior fluminense e outros estados.

Essa vida comunitária pode parecer intensa e surpreendente no contexto da escravidão, mas era possível, dados a intensa concentração urbana e o fato de muitos escravos trabalharem fora da casa de seus proprietários, como vendedores, artesãos ou carregadores, conseguindo assim certos espaços de autonomia na rua:

Esses negros de ganho viviam num simulacro de liberdade: só voltavam à residência do senhor para dormir, quando não moravam fora delas, em quartos que partilhavam com outros em porões e águas-furtadas, ou em choças erguidas em terrenos alagadiços, nos areais, no

sopé dos morros ou encostadas em aos muros de grandes casas ou de chácaras... Em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, reuniam-se em cantos, muitas vezes por nações. Um canto era predominantemente ou exclusivamente hauçá; outro, ijebu, este, fon, e aquele, ganguela ou luená, ainda que se dissesse angola. Ofereciam-se para tarefas individuais, como levar um cesto de frutas de uma chácara para uma quitanda, ou coletivas, como fazer uma mudança ou carregar um piano. (COSTA E SILVA, 2011a, p. 45-6).

No Rio de Janeiro, a Pedra do Sal foi um dos cantos mais importantes, com consequências de longa duração para a cultura brasileira. O local, próximo ao Valongo, era um cais no qual eram desembarcados alimentos e outros produtos e virou um ponto de encontro para estivadores, outros trabalhadores do porto e a população afro-carioca que frequentava os zungus da vizinhança.

As célebres "tias", como Ciata, que trabalhavam como quitandeiras e exerciam papéis importantes no Candomblé e na música, frequentavam seus arredores. No século XX, as festas e celebrações musicais junto à Pedra do Sal foram origem de ranchos de carnaval e do desenvolvimento do samba do Rio de Janeiro, mesmo que, com os sucessivos aterros na Zona Portuária, o local tenha deixado de ficar à beira-mar e perdido sua função de cais.

Memória e Esquecimento na Zona Portuária

Em 1830, passou a vigorar tratado assinado entre os governos do Brasil e do Reino Unido que tornava ilegal o tráfico de escravos. O acordo fazia parte de uma estratégia de pressão global dos britânicos e havia sido negociado com as autoridades brasileiras como parte das concessões para o reconhecimento da Independência do país.

O Brasil havia se submetido à pressão britânica, mas não tinha a menor intenção de colocar em prática o tratado. Vem daí a expressão de criar uma lei "para inglês ver". Para salvar as aparências, contudo, o governo precisou tomar medidas que sinalizassem a disposição de cumprir com o prometido. Uma delas foi o fechamento do Cais do Valongo para o desembarque de escravos, que continuou a ocorrer no Rio de Janeiro, mas em áreas mais remotas da cidade, ou à noite, para evitar as patrulhas navais britânicas.

Na década seguinte, as autoridades brasileiras resolveram modificar completamente o Cais do Valongo, reformando-o para o desembarque da princesa napolitana Teresa Cristina, que havia se casado por procuração com o jovem monarca Dom Pedro II. As obras soterraram o antigo local de desembarque, que ficou oculto sob o que passou a ser conhecido como Cais da Imperatriz. Não seria a última vez em que a política pública tentaria apagar o passado escravocrata da região.

O tráfico de escravos foi finalmente abolido, na prática, em 1850; a escravidão, em 1888. O Valongo foi sendo transformado à medida que cresciam os bairros da Saúde e da Gamboa, que incorporaram as áreas do antigo mercado e do cemitério dos Pretos Novos. No início da República (1902-1906), o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, realizou uma ampla

reforma do Centro e da Zona Portuária que modificou essa região no sentido de substituir as marcas da presença africana por modelos europeus, sobretudo o da Paris do Segundo Império:

As intervenções na Região Portuária do Rio de Janeiro relacionadas à formação da Comissão de Melhoramentos e à execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, no final do século XIX e início do XX, corresponderam ao contexto da dissolução das relações de escravidão, de modernização da economia brasileira e de estabelecimento do regime republicano. Do ponto de vista técnico, o Porto do Rio de Janeiro e sua região passaram por mudanças associadas à articulação entre as ferrovias e a navegação a vapor. Essas mudanças expressaram novo posicionamento do Brasil na rede de relações de interdependência do sistema-mundo moderno-colonial. As políticas de embelezamento e melhoramentos da região portuária, assim como do conjunto da cidade, foram pensadas tendo como referência os projetos da Paris de Haussmann. Pereira Passos, integrante da Comissão de Melhoramentos e, em seguida, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, conheceu e estudou profundamente o modelo de Paris. Os ideais de progresso e modernização assimilados da realidade europeia foram suportes ideológicos dessas iniciativas. O pretexto de romper o passado colonial perpetuou a colonialidade. (DINIZ, 2013, p. 44).

Essas transformações tiveram forte impacto sobre a Zona Portuária, onde houve grandes aterros e a construção do moderno terminal. O Cais da Imperatriz foi soterrado e ficaria oculto por 100 anos. Na encosta do morro da Conceição, ao lado do antigo mercado do Valongo, a prefeitura construiu ambiciosos Jardins Suspensos. Com paisagismo europeu, estátuas romanas, cascata artificial e 1530 m² de área, o investimento urbanístico impressiona.

Também salta aos olhos a distância entre as reformas e a história da região. Não havia nada que lembrasse ao visitante sua vinculação com a escravidão e o tráfico negreiro. Nem sequer uma placa. Em contraste, as autoridades construíram um obelisco onde ficava o Cais da Imperatriz, anunciando que havia funcionado naquele local.

Os esforços em esquecer o passado escravista ligado a essas áreas foram intensificados com o declínio da Zona Portuária do Rio de Janeiro na segunda metade do século XX. A construção da Avenida Presidente Vargas (1941-1944) isolou a Gamboa e a Saúde do Centro, do qual passaram a ficar separadas pelos 80 metros de largura desse logradouro. Nas obras da avenida, foram demolidos cerca de mil prédios, destruindo parte considerável da herança afro-carioca, como o ateliê de mestre Valentim, e descaracterizando a Praça Onze, um dos berços do samba (CANDIDA; FREITAS, on-line). Esse processo seguiu com a construção do Elevado da Perimetral (1950-1960), que fez com que o trânsito para a zona norte passasse a ser por cima desses bairros e não mais pelo meio deles.

A Reforma da Zona Portuária e a Valorização da Herança Africana

No início do século XXI, uma série de fatores levou ao início da revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, processo que ainda está em curso. Entre eles estão o fortalecimento dos movimentos sociais de combate ao racismo e de valorização da cultura negra, políticas públicas de renovação urbana e transformações internacionais na maneira de refletir-se sobre a escravidão e propor iniciativas para sua memória.

Na Zona Portuária, essas mobilizações incluíram a criação do bloco de carnaval os Escravos da Mauá. Fundado em 1993, seu nome é uma referência ao antigo mercado do Valongo, e seus ensaios na Praça Mauá ajudaram a tornar a área novamente um ponto de encontro importante na vida cultural carioca. Os movimentos negros iniciaram demandas pelo reconhecimento da Pedra do Sal como um quilombo urbano e pela posse do terreno local pelas famílias dos descendentes de escravos que lá vivem. A prefeitura criou um programa pelo qual proprietários de imóveis de valor arquitetônico e histórico ganham isenção de impostos, em troca de mantê-los conservados.

Em 1996, Mercedes e Petrúcio Guimarães compraram um sobrado na rua Pedro Ernesto, na Gamboa, e, ao reformá-lo, o casal descobriu esqueletos e ossos. Assustado, chamou a polícia, pensando se tratar de vítimas de chacinas. Os levantamentos mostraram que eram restos mortais do século XVIII e XIX, de seres humanos que haviam sido enterrados no Cemitério dos Pretos Novos. Em 2005, o casal criou uma organização não-governamental, o Instituto dos Pretos Novos, que, com apoio dos governos municipal e federal, começou a funcionar como um espaço de pesquisas, visitação e preparação de oficinas sobre a escravidão e a cultura popular na Zona Portuária.

Na década de 2000, o Rio de Janeiro foi escolhido para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e para ser o anfitrião das Olimpíadas de 2016. Essa repercussão internacional ocorreu em um momento conjuntural, no âmbito doméstico, marcado por um raro alinhamento entre os governos municipal, estadual e federal, o que significou mais dinheiro e apoio da União para os grandes projetos de reforma da cidade, para a transformação da infraestrutura urbana e para a recepção dos megaeventos esportivos. Uma das principais iniciativas foi o “Porto Maravilha”, de profundas implicações para a Zona Portuária.

O projeto de revitalização da prefeitura consiste em transformar a área em um distrito comercial que abrigará grandes empresas e órgãos públicos, com museus de alta qualidade e um novo sistema de mobilidade, que inclui a instalação de um veículo leve sobre trilhos, a construção de vias e túneis, e a demolição do Elevado da Perimetral. As atrações culturais propostas, contudo, não priorizam o diálogo com a história da região e a questão da escravidão, tratando de temas como o futuro da ciência e da tecnologia e mesmo a criação de um grande aquário.

Durante as obras do Porto Maravilha, foram encontrados os cais da Imperatriz e do Valongo, aterrados há mais de cem anos. O prefeito Eduardo Paes atendeu às demandas do movimento negro de transformar o local em um monumento a céu aberto, inspirado nos exemplos de outros países. Nas palavras de Giovani Harvey, membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro:

“Todas as vezes em que passava por aqui eu tinha o sentimento de vergonha por pisar na história de um País e de uma população. Se os postos de saída dos navios negreiros em Dakar e Cabo Verde são reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, o Cais do Valongo certamente preenche todas as condições para ser reconhecido (pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco).” (CDURP, on-line).

A partir daí, a prefeitura criou o Circuito da Herança Africana, incluindo o Cais do Valongo, os Jardins Suspensos, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito (antiga praça do mercado), o Instituto Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio, antiga escola pública do fim do século XIX.

Os Jardins, em especial, passaram por ampla restauração, depois de décadas de negligência e abandono que tinham praticamente excluído esses marcos do circuito cultural da cidade.

Os problemas não terminaram: há dificuldades graves relacionadas à falta de verbas e de pessoal para a gestão das instalações culturais. Tampouco houve a criação de um museu para receber o acervo que vem sendo recolhido nas escavações arqueológicas locais.

Outra preocupação é o risco de gentrificação da Zona Portuária, a exemplo do que já ocorre com o morro da Conceição, com a instalação de ateliês, a chegada de estrangeiros etc. A população local pouco participa dos novos circuitos culturais, visitados com mais frequência por pessoas de classe média, ou mesmo turistas. A título de exemplo, o geógrafo Maurício Campos assim narrou sua visita ao Fim de Semana do Livro no Porto:

Vi tudo muito organizadinho, jovens trabalhando com camisetas do evento; mas, até a noite, muito pouca presença de moradores (que são em sua maioria negros) das favelas próximas ou mais distantes. O público que predominava na maior parte do tempo era aquela classe média branca progressista, que gosta da cultura negra e de ambientes como Santa Teresa ou Morro da Conceição. Nada contra a participação de tal público, muitos de meus amigos são desse grupo sócio-cultural; mas num evento gratuito com amplo financiamento público, era de se esperar um esforço em buscar a participação de um público mais negro, mais pobre e periférico. (CAMPOS, on-line).

Implicações para a Política Externa

A agenda dos movimentos sociais e as decisões das autoridades cariocas no período da redemocratização não foram casos isolados que ocorreram só no Brasil, inserem-se em um contexto internacional mais amplo, que Jennifer Lind (2010) chama de “Estados arrependidos” (*sorry States*), de difusão de políticas públicas de memórias após a Segunda Guerra Mundial, crescente articulação da diáspora negra desde o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e descolonização africana, levando a um interesse mais profundo pelas consequências do tráfico transatlântico de escravos.

A partir da década de 1960, a então Alemanha Ocidental tornou-se a referência global sobre como lidar com atrocidades cometidas pelo Estado, iniciando uma ampla crítica do período nazista e investindo na construção de memoriais, na educação em direitos humanos e no pagamento de reparações às vítimas do totalitarismo. Embora esses esforços não tenham se estendido à atuação colonial alemã na África (por exemplo, o genocídio dos hereros na Namíbia), estabeleceram um padrão importante para governos que estivessem dispostos a debruçarem-se sobre períodos autoritários e de conflitos armados, como foi o caso da Argentina e da África do Sul após suas redemocratizações (BERGER, 2012).

Essa agenda não avançou tanto com relação ao papel das potências ocidentais na escravidão, mas ainda assim houve a criação de museus e memoriais no Reino Unido e na França, além de esforços significativos do movimento negro nos Estados Unidos em valorizar a herança africana no país, reformar os currículos escolares para dar atenção à luta dos escravos por liberdade e dignidade, e elevar os

protagonistas do movimento pelos direitos civis ao panteão cívico americano, como estrelas de inúmeros filmes, canções, livros etc. Locais importantes para a história afro-americana foram tombados como monumentos e passaram a ser destacados com placas e incluídos em roteiros da memória.

Na África Ocidental e no Caribe, alguns governos construíram monumentos impressionantes para lembrar os sofrimentos decorrentes do tráfico transatlântico de escravos, como o Portão do Não-Retorno em Benin, a Casa dos Escravos no Senegal e o Memorial da Passagem em Granada.²

Nos últimos 15 anos, o Brasil implementou uma série de políticas públicas dedicadas a combater o racismo e a desigualdade racial, algumas delas com implicações para além das fronteiras. O país criou diversos programas de ações afirmativas, inclusive no serviço diplomático. Instituiu uma secretaria especial na Presidência da República, com status de ministério, para esse fim, e com uma ativa agenda internacional. Promulgou a lei 10.639, tornando obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas.

Tais iniciativas são contemporâneas de uma retomada de uma política externa vigorosa para o continente africano, com a abertura de 19 embaixadas, crescimento expressivo do comércio e frequentes visitas presidenciais de ambos os lados do Atlântico. De que modo as duas tendências estão conectadas? Se nas décadas de 1960 e 1970 a diplomacia brasileira ainda usava como referencial a ideologia da ausência de conflitos raciais e o regime militar se assustava com o potencial “subversivo” da diáspora negra, na época atual, “a ideia de democracia racial foi substituída por uma compreensão de que o Brasil era profundamente desigual e [de] que o Estado tinha um mandato para remediar essa desigualdade.” (DAVILA, 2011, p. 305).

Isso representou também uma mudança no enfoque diplomático, com o presidente Lula e outras autoridades pedindo desculpas aos africanos pela escravidão. A II Conferência Internacional dos Intelectuais da África e da Diáspora ocorreu em Salvador, em 2006, reforçando a autoafirmação da comunidade negra brasileira nesse diálogo global.

Há, contudo, ainda muito a fazer. O Brasil não tem um grande museu dedicado à escravidão, comparável aos que foram erguidos para celebrar o futebol, a língua portuguesa ou a arte moderna. O número de memoriais é pequeno, e com frequência sofrem de recursos humanos e financeiros insuficientes. Omissão grave, diante da importância dos escravos para a formação nacional brasileira e do peso do trabalho forçado na nossa economia durante quatro séculos.

A consolidação do Circuito da Herança Africana, no Rio de Janeiro, tem o potencial de tornar-se um elo importante nas relações do Brasil com a África, em particular, se o Cais do Valongo vier a ser consagrado como patrimônio universal da humanidade pela Unesco. Sinalizará um Brasil mais comprometido com políticas públicas de memória e de reparação e disposto a enfrentar seu passado assustador de escravidão e o lugar que ocupou no mecanismo global de exploração do trabalho forçado.

² Para uma lista abrangente, ver <http://peace.maripo.com/p_slavery.htm>. Acesso em julho de 2015.

Um Brasil reconhecido internacionalmente como um “Estado arrependido” teria também participação ativa nos fóruns multilaterais na promoção de políticas para a área. O aprendizado recente com a Comissão Nacional da Verdade, com respeito à ditadura, pode ser aplicado de maneira semelhante para os temas da escravidão e do combate ao racismo, à exemplo da iniciativa lançada, em 2014, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, on-line).

Por fim, mas não menos importante: vale sempre lembrar que o repúdio às atrocidades do passado caminha lado a lado com o reconhecimento da beleza e da importância da herança africana aos brasileiros, bem como com os esforços para a melhoria da situação dos negros no Brasil contemporâneo. Nas palavras de Alberto da Costa e Silva:

Bernardo Pereira de Vasconcellos disse alto no Senado, em 1843, esta frase em tudo verdadeira: ‘A África civiliza a América.’ Eu a tenho na memória, ao voltar-me para o africano escravizado que vivia em terras brasileiras e ao perguntar-lhe como é que gostaria de ser lembrado por nós, brasileiros de hoje. Creio que gostaria que dele não esquecêssemos o exílio forçado, a humilhação e o sofrimento, mas que também lembrássemos a criatividade com que se deu a uma terra que logo fez sua, ocupou com seu trabalho e encharcou de beleza. Seríamos não só injustos e ingratos, mas também não merecedores de seu exílio, de sua humilhação e de seu sofrimento, se olvidássemos o papel enorme e decisivo do escravo na construção do Brasil. Se alguém merece ser o herói nacional deste país, é ele. (COSTA E SILVA, 2011b, p. 164).

Referências Bibliográficas

BERGER, Thomas. *War, Guilt and World Politics After World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CAMPOS, Maurício. *Embranquecimento e Gentrificação na Pequena África*. Disponível em <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2014/05/21/embranquecimento-e-gentrificacao-na-pequena-africa/>>. Acesso em julho de 2015.

CANDIDA, Simone; FREITAS, Fátima. *O Bota Abaixo que deu origem à Avenida Presidente Vargas*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-bota-abaixo-que-deu-origem-avenida-presidente-vargas-13858155>>. Acesso em julho de 2015.

CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. *Prefeitura cria circuito da herança africana*. Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/conteudo/ccjb.aspx>>. Acesso em julho de 2015.

COSTA e SILVA, Alberto da. "População e Sociedade". In: A. da Costa e Silva (org). *História do Brasil Nação, vol. 1 - Crise Colonial e Independência, 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011a.

_____. *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2ª ed. 2011b.

DAVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011;

DINIZ, Nelson. "De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro". @Metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. N.13. Ano 4. Junho de 2013. Disponível em: http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=68&lang=pt . Acesso em julho de 2015.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

LIND, Jennifer. *Sorry States: apologies in international politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

OAB, Conselho Federal. *OAB cria Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil*. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/27772/oab-cria-comissao-nacional-da-verdade-da-escravidao-negra-no-brasil>>. Acesso em julho de 2015.

SOARES, Carlos Eugênio Libânio. *Zungù: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.



Conversas com Alberto da Costa e Silva

Por Natalia da Luz

Conversas com Alberto da Costa e Silva

Reproduções dos artigos publicados no portal Por dentro da África e no site do Instituto Lula.

Por Natalia da Luz¹

Rio - Durante um período cercado pelo sentimento de liberdade e otimismo, a Organização da Unidade Africana foi criada. Há 52 anos, uma onda de libertação tomava o continente africano, que hoje cresce sobre avanços e fragilidades. Depois disso, no período pós-independência, a África foi tomada pelo pessimismo, porque os africanos achavam que a independência resolveria tudo; na verdade, ela resolveria apenas alguns problemas políticos, como ressaltou, em entrevista exclusiva, Alberto da Costa e Silva².

Conhecido como o maior africanólogo de língua portuguesa, ele também lembra que quase todos esses países sofreram com o neocolonialismo interno. Na verdade, eles foram recolonizados pelos próprios filhos da terra, recolonizados pelos líderes.

- Cada vez que eu ia à Gana, eu encontrava um Nkruma diferente. Desde o seu início, cheio de entusiasmo e visão de futuro, até o seu fim, com o culto da personalidade. Quando você andava por Acra, havia fotos de Nkruma por todo canto e isso já era um mau sinal - falou Costa e Silva, em relação ao primeiro presidente de Gana.

Kwame Nkrumah foi um líder político africano, um dos fundadores do Pan-Africanismo, primeiro-ministro, entre 1957 e 1960, e presidente de Gana de 1960 a 1966. O líder africano, que estudou em Gana e em universidades dos Estados Unidos, começou a trabalhar para libertação da África mais efetivamente após a sua participação no Congresso Pan-Africano em Manchester, Inglaterra, em 1945.

- Gana foi um dos primeiros países a se descolonizar sob uma liderança muito efetiva e muito capaz de Nkruma e de seus companheiros. Eles tinham uma excelente formação e comprometimento. Tinham essa visão da África, de que era possível fazer os Estados Unidos Africanos - lembra o autor.

Para relembrar a ideia da criação dos Estados Unidos da África, vale citar a filosofia do senegalês Cheikh Anta Diop, que defendia a união entre os países do continente, habitado majoritariamente por negros. A ideia de Diop não era um convite para a volta

1 Jornalista pós-graduada em TV/Cinema (FGV) e em Ciências Sociais (História e Cultura Afrodescendente - PUC). É fundadora, mediadora e editora do portal Por Dentro da África. Atualmente, trabalha como assistente de Informação Pública nas Nações Unidas (Brasil) e é membro do Conselho África do Instituto Lula.

2 Poeta, historiador, membro da Academia Brasileira de Letras e do Conselho África do Instituto Lula.

à configuração geográfica dos impérios e reinos que neste existiram, mas sim um apelo para uma construção geográfica contrária à imposta pela superioridade de força bélica de certos países ocidentais na Conferência de Berlim (1884-1885).

- Seria impossível fazer um único país da África Subsaariana, mas talvez fosse possível transformar toda a África em 4, 5 grandes países. O problema foi que a fragmentação significou multiplicar alfândegas, exércitos, forças armadas. A Conferência de Berlim (1884-1885) fez a divisão [do continente] entre os países europeus. A França, por exemplo, manteve os países colonizados em blocos, o que poderia fazer com que a África Ocidental se tornasse um país; mas cada líder queria mandar na sua terra e na sua gente. Então, houve uma segunda divisão feita pelos próprios africanos. Isso fez naufragar os sonhos pan-africanistas – pontua Costa e Silva.

A independência econômica

O movimento de independência que tomou a África, em 1960, não levou a liberdade por inteiro para a África. Economicamente, o continente continuou, por muitos anos, preso ao comércio com os seus antigos colonizadores; mas também qual país consegue a sua independência absoluta? Em um mundo globalizado, os países acabam sendo dependentes entre si. Na África não seria diferente.

Pergunto a Alberto, que andou por toda a África, trabalhou como embaixador em Benin e na Nigéria e dedicou a vida a estudar o continente africano, se tantas violações de liberdade, no presente, não seriam uma regressão, como ocorre no Egito, onde a repressão é hoje mais perversa do que durante a ditadura de Mubarak; na Tunísia, onde retorna o salafismo; ou na Líbia, onde atuam milícias.

Uma nova história parecia começar a ser escrita no final de 2010, quando Mohamed Bouazizi, o jovem tunisiano que ateou fogo ao próprio corpo, em sinal de protesto contra a corrupção e as condições de vida em seu país, acendeu a faísca que provocou uma onda de revoluções, no norte do continente africano, que depôs regimes autoritários que há décadas minavam a liberdade e a identidade de egípcios, líbios e tunisianos. A Primavera Árabe, que se espalhou também pelo Oriente Médio, fez uma ruptura com o passado. Protestos tomaram conta da Tunísia, levando o presidente Zine el-Abdine Ben Ali (no poder desde 1987) a fugir para a Arábia Saudita dez dias depois. Após a Tunísia, o Egito e a Líbia também vivenciaram – em proporções diferentes – a luta pela democracia e a deposição de seus antigos presidentes.

Hoje, a revolução que parecia abrir uma porta para uma nova época de experimentos democráticos, de fato, não alcançou o seu objetivo, que ia além de retirar os antigos presidentes do poder. O Egito, por exemplo, sofreu um golpe de Estado e teve Mohamed Morsi, seu presidente eleito democraticamente, preso pelos militares. Em junho, o ex-presidente recebeu sentença de morte pelo Tribunal Egípcio. Na Líbia governada por Muammar al-Gaddafi, morto em praça pública pela população, em 2011, as milícias assumiram o controle de um país que está ingovernável. A costa líbia tornou-se um dos principais pontos de tráfico humano e parada de jovens que buscam um futuro longe do país.

- Eu vi a primeira burca na minha vida em Córdoba (Espanha), enquanto um casal de marroquino visitava uma mesquita. Em 1960, eu via pouquíssimas mulheres usando o véu no Egito. Hoje, você visita o Cairo e vai ver pouquíssimas mulheres sem o véu, até porque elas seriam hostilizadas [se não o usassem]. Houve uma reconquista pela religião do espaço que esta havia perdido – aponta o poeta e ensaísta, completando que esses mecanismos sociais são implantados para evitar a diferença.

Pouco tempo de colonialismo, mas perverso o impacto

Nos anos 50, início dos anos 60, a África experimentou a grande euforia da liberdade. O colonialismo durou muito pouco tempo (por volta de 1900 a 1970), mas causou danos imensuráveis, como o Congo de Leopoldo, território antes de posseção pessoal, não uma colônia de Estado. Essa foi a maior anomalia da colonização, como lembra o historiador.

- Apesar de ter durado pouco, o colonialismo em toda a África teve um impacto espantoso. Em um espaço de 60 anos, apareceu a luz elétrica, o telégrafo, a máquina a vapor, o rádio, a aspirina, a psicanálise, o raio X. A Europa e os EUA promoveram um impacto assustador [introduzindo] novos costumes. Na medida em que os povos começavam a aprender a ler, a escrever, eles começavam a olhar de forma diferente, estabelecia-se uma espécie de conflito entre o que eram e o que desejavam ser, porque o poder colonial fazia questão de humilhar (vou usar um verbo forte) o conquistado - conta o autor de *"A Enxada e a Lança: a África antes dos Portugueses"* e *"A Manilha e o Lilambo: a África e a Escravidão, de 1.500 a 1700"*. O terceiro livro da série está em produção, ainda sem nome definido.

Ideia da África

Com um crescimento de 5% ao ano, o mundo começa a ter uma ideia menos falsa da África de hoje e da África aonde chegaram os europeus, no século XV. Começa a verificar-se que os europeus tinham uma visão mais aberta do que aqueles que chegaram antes dos séculos IXX e XX.

- O que houve a partir de 1950 foi que a África recuperou a sua autoestima. Os africanos começaram a reconhecer-se o que eles tinham sido e o que poderiam voltar a ser, e a valorizar sua cultura.

Alberto conta que, depois da época áurea de esperança e ativismo, a África começou a enfrentar governos cada vez menos democráticos e a sofrer algo muito específico: a captação dos meios rurais para alimentar as cidades afetadas pela fragmentação africana. Havia uma espécie de empobrecimento do pobre e enriquecimento do rico, um fenômeno que acontece sempre na história da humanidade.

- Tivemos o período das grandes ditaduras e, depois, um enfraquecimento do governo e um palatino regresso da tradição africana, que é a do consenso, do respeito pela diferença. Hoje, regimes como o de Robert Mugabe, presidente do Zimbábue desde 1981, são exceção na África,

mas foram, até os anos 80, 90, a regra da África. Mas também há uma recaída do “mandonismo”; [ele] está na nossa alma, no ser humano, [mas] precisa ser combatido por nós mesmos. Mandar é querer ser obedecido e que as pessoas atuem como você deseja.

- A África ainda sofre recuos, mas possui avanços. De uma maneira geral, a liberdade cresceu na África. Teve um período de grande desânimo, que foram os anos 80, com guerras civis, conflitos armados. A maioria [dos países então] se organiza. Tudo isso é como eu vejo e como eu sinto, não quer dizer que eu esteja certo, posso estar certo e, às vezes, errado.

Luta contra os estereótipos

A África que majoritariamente aparece na mídia ainda é aquela que dá lugar à penúria, às crises, aos problemas. A África que permeia o imaginário coletivo ficou ligada à ideia de ritmo, dança, savana. Tudo isso faz parte da África, mas não é só isso. No caso do continente africano, Alberto lembra que o ritmo pegou e não vai sair. No plano artístico, pouca gente fala da arte africana, da pintura africana, da arquitetura africana, da roupa e do bordado tradicionais.

- A África sempre foi ambivalente: o lugar das grandes aventuras e das desgraças. Quando eu era menino, era a aventura. Isso nos impressionava muito, nos encantava; mas quando eu fiquei adulto, a visão que predominou foi a visão da África penada, sofrida, maltratada, que era o contrário das cidades do ouro, de Timbuktu (Mali), das grandes cataratas, caçadas.

“O Brasil sempre esteve ligado à África. Nos últimos anos, fortalecemos a nossa relação.”

A ligação do Brasil com a África remonta a nossa história e à construção da sociedade brasileira. Durante cerca de 300 anos, recebemos mais de 4,8 milhões de africanos, que trouxeram seus costumes, suas crenças, sua cultura. O tráfico negreiro, negócio lucrativo para os europeus, também tinha ajuda de uma pequena parcela de mercadores que não tinham origens europeias, como Chachá de Souza.

Na apresentação do livro de Alberto, *“Francisco Felix de Souza: o mercador de escravos”*, o escritor Nei Lopes conta que o livro leva o leitor à perfeita compreensão de que a participação de africanos não diminui a responsabilidade dos europeus pelo comércio de escravos, um negócio sobretudo de reis, homens ricos e mercadores proeminentes. Alberto conta que Chachá foi um baiano hábil em tratar com os brancos e os grandes do Daomé. Ele chegou à África sem dinheiro, mas, em pouco tempo, mostrou-se como um dos maiores mercadores de escravos da história.

Ao longo dos séculos, o Brasil manteve ligações bilaterais com países africanos, a partir de navios que saíam do Recife e de Salvador para Nigéria, Benin, Senegal, Gana e do Rio de Janeiro para Cabo Verde e Angola. No último século, o país passou por períodos de letargia em relação à África, mas, nos últimos anos, esse entusiasmo reapareceu.

- Durante 60 anos, o Brasil ficou afastado da África; as nossas preocupações ficaram centradas na América do Sul. Era um período de acertar as fronteiras, um período em que o Brasil estava se localizando, reconhecendo a si mesmo. Esse certo desinteresse do Brasil pelo resto do mundo deu essa ideia de distanciamento da África. Essa letargia vai terminar nos anos 50, depois da II Guerra Mundial – lembrou o africanólogo e autor de *"Um Rio Chamado Atlântico"*.

A obra *"Um rio chamado Atlântico"* reúne 16 textos sobre as relações históricas entre o Brasil e a África, sobre a África que moldou o Brasil e o Brasil que ficou na África. Os autores procuraram não se desatarem do poeta. Se é o poeta quem anda pelas ruas dos bairros brasileiros de Lagos e Ajuda, quem desenha as fachadas das casas térreas e dos sobrados neles construídos pelos ex-escravos retornados do Brasil e quem traz das páginas dos documentos e dos livros as personagens com que se povoam estes ensaios, é o historiador quem lhe guia cuidadosamente os passos.

Tanto é verdade que o Brasil esteve presente nas independências africanas, principalmente, no reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (em 1974) e Angola (em 1975), na legitimação do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) como representante da liberdade do povo. Costa e Silva destaca que foi por iniciativa brasileira, inclusive, que houve a liderança para pressionar, nas Nações Unidas, pela criação da Comissão Econômica para a África, nos moldes da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Isso mostrou o enorme interesse do Brasil pela África já no governo Dutra (1946-1951), mas sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

- Esse interesse ganhou as páginas dos jornais e foi tingido de entusiasmo no curto governo Jânio Quadros (entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961), porque ele tinha um desejo de ter uma política africana. Não podemos esquecer que foi em 1960 que Haile Selassie – imperador da Etiópia e herdeiro de uma dinastia cujas origens remontam, historicamente, ao século XIII e, tradicionalmente, ao Rei Salomão e à Rainha de Sabá – visitou o Brasil. Na ocasião, Jânio avaliou o quão importante seria a participação dos países de terceiro mundo [na política internacional] - falou o autor de clássicos sobre a história da África.

O Período de colonização

- Durante o período de colonização da África, no início do século XX, o Brasil deixou de ser parte ativa nas relações com a África, como nos séculos anteriores, por causa também da recente abolição do tráfico negreiro. O navio trazia escravizados e levava mercadorias; importava farinha de trigo, cachaça, carne seca, tabaco. Havia um comércio forte que passou a ser feito entre os países colonizadores. A França, por exemplo, enviava [produtos] para Daomé (atual Benin) depois de o Brasil enviar os produtos para a França – apontou o escritor.

Foi no governo de Emílio Médici (1969 - 1974) que realmente a África voltou a ter uma grande importância para o Brasil. Costa e Silva lembra que um dos motivos foi porque o chanceler da época, Mário Gibson Barbosa, havia trabalhado com Afonso de Melo Franco, chanceler de Jânio, que se destacou pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951.

- Ele foi um grande impulsionador da política de Jânio. Realmente, tinha projetos claros em relação à África. Para começar, ele visitou oito países africanos e, em um espaço de três anos, o Brasil recebeu mais de 50 ministros africanos. Foi um período de muita vibração; já os governos civis não manifestaram muito interesse [pelo continente]. O que havia sido feito estava feito. O Brasil estava voltado para problemas que pareciam mais urgentes e [necessitavam] de atenção mais imediata - ressalta.

Nos anos 90, as relações comerciais e diplomáticas declinaram. Em 1993, o Brasil tinha 24 diplomatas na África; em 1983, eram 34. Uma das primeiras medidas do Itamaraty durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva foi a de abrir as embaixadas e consulados que haviam sido fechados em governos anteriores, aumentando para 30 os postos diplomáticos. O despertar para África chegou com a abertura de 19 embaixadas em todo o continente africano e com 33 viagens presidenciais ao continente, que hoje importa programas brasileiros como o Bolsa Família e é influenciado por projetos como o da merenda escolar e da agricultura familiar, já vigentes em países como Etiópia, Moçambique, Níger, Senegal e Mali.

- Eu fui parte de tudo isso, assisti a tudo: os entusiasmos e as decepções em relação à África. Na realidade, nós ainda sabemos muito pouco sobre o que se passa, mas foi com o governo Lula que aquele trabalho começado há décadas teve um recomeço. O Lula fez questão absoluta de visitar os países africanos e de criar novas condições para estreitar os laços. No governo Lula, [nos] reaproximamos!

Instituto Lula

